

ENERGIA

Itaipu vai investir R\$ 1,5 bi para manter tarifa regulada

A usina hidrelétrica binacional de Itaipu vai investir R\$ 1,5 bilhão ao longo de 2026 para manter a mesma tarifa que vem praticando desde 2024 para os consumidores regulados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de US\$ 17,66 por kW/mês. O valor será válido até dezembro deste ano. Segundo a empresa, até 2021, a tarifa de repasse da energia de Itaipu permaneceu estável, com média de US\$ 27,86 por kW/mês. A quitação da dívida de construção da usina, concluída em 2023, permitiu uma redução da ordem de 27,4%. Para o período de 2024 a 2026, a tarifa foi fixada em US\$ 17,66 por kW/mês, o que representa uma queda acumulada de cerca de 36,6% em relação ao patamar anterior. "Os resultados demonstram que Itaipu é um instrumento estratégico do Estado brasileiro para garantir energia limpa, segurança operativa, tarifas justas e alívio concreto no bolso do cidadão", afirmou em nota o diretor financeiro executivo da Itaipu, André Pepitone. Em 2025, a energia de Itaipu atingiu o valor de R\$ 221,30 por MWh (megawatt-hora), posicionando-se abaixo das usinas sob regime de cotas definidas pela Lei nº 12.783/2013, fixadas em R\$ 222,59 por MWh, e significativamente inferior ao custo médio do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em 2025, estabelecido pela Aneel em R\$ 307,29 por MWh. [PÁGINA 3](#)

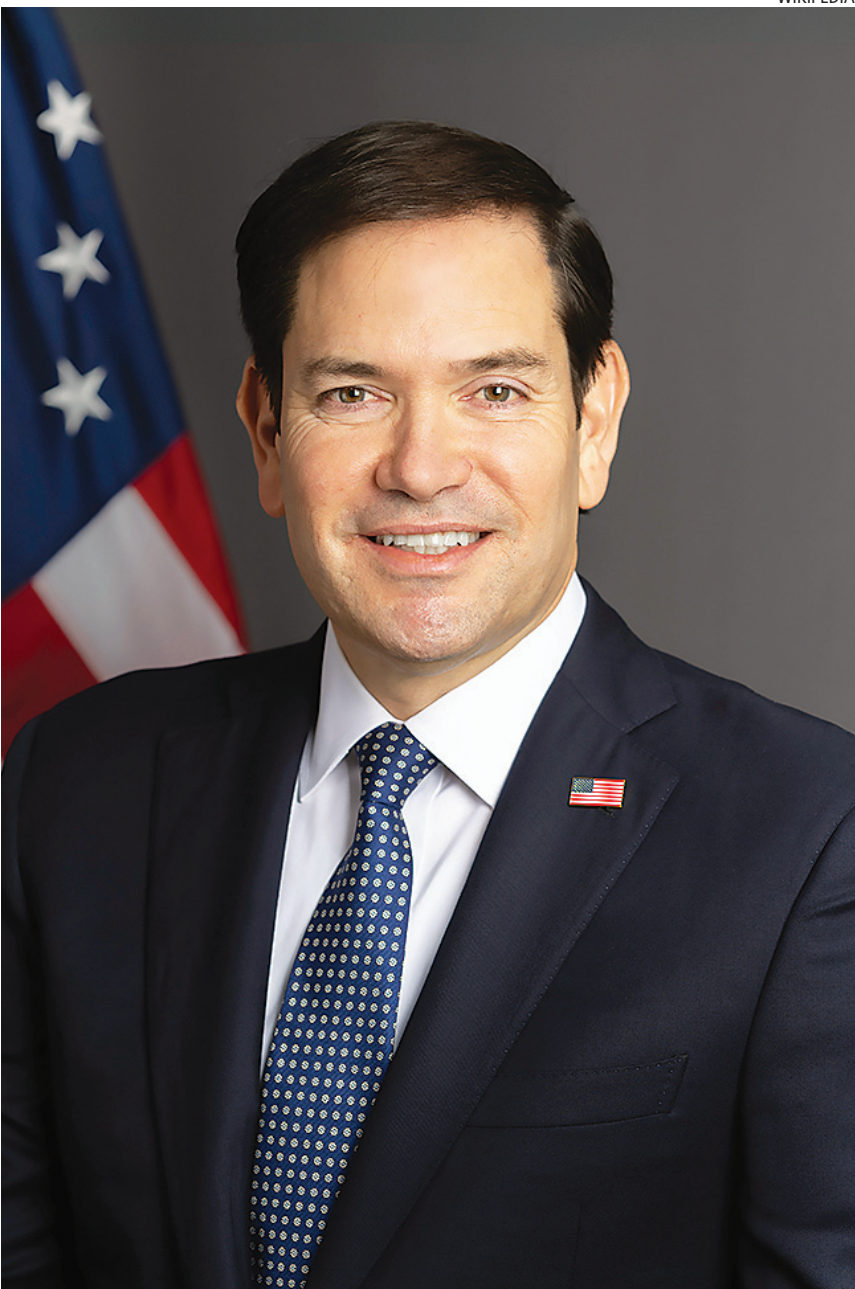
BANCO CENTRAL

Brasil tem segunda maior saída de dólares da história em 2025

O Brasil registrou em 2025 a segunda maior saída líquida de dólares da série histórica, iniciada em 1982, de acordo com dados preliminares divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O fluxo cambial total ficou negativo em US\$ 33,316 bilhões, volume inferior apenas ao registrado em 2019, quando a saída somou US\$ 44,768 bilhões. Apesar do resul-

tado expressivo, o real se valorizou ao longo do ano, sustentado por juros elevados no país e pela queda do dólar no mercado internacional. O desempenho negativo foi provocado principalmente pelo canal financeiro, que acumulou saída líquida de US\$ 82,467 bilhões em 2025, a segunda maior da série histórica, atrás apenas de 2024. [PÁGINA 2](#)

TRÊS FASES



WIKIPEDIA

EUA anunciam plano de transição para a Venezuela

O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio (**foto**), disse ontem que a Casa Branca terá um plano de transição em três fases para a Venezuela. A estratégia norte-americana, segundo o diplomata, consiste primeiro na estabilização do país, seguida da recuperação da economia e uma transição para a democracia. Rubio detalhou o plano à imprensa do país após uma reunião com senadores dos partidos Democrata e Republicano no Capitólio, em Washington, da qual também participou o secretário de Guerra, Pete Hegseth. A reunião serviu para prestar contas ao Congresso sobre a operação que levou à prisão do presidente venezuelano, Nicolás Maduro. Segundo Rubio, a aquisição e venda de até 50 milhões de barris de petróleo que eram alvo de sanções, anunciada na terça-feira pelo presidente Donald Trump, faz parte desse plano inicial de estabilização. Rubio disse também que a Casa Branca tem "tremenda influência" sobre a liderança interina da Venezuela, "com habilidade para controlar o que eles fazem ou são capazes de fazer." [PÁGINA 8](#)

TRÊS PODERES

DF reforça segurança para atos do 8 de Janeiro

[PÁGINA 7](#)

JUDICIÁRIO

Toma posse no cargo novo presidente do TJ-SP

[PÁGINA 4](#)

QUEDA



FABIO RODRIGUES POZZEBOM ABRASIL/ABRASIL

Médico de Jair Bolsonaro confirma traumatismo leve

O ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**) caiu ao caminhar na sala na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, e teve um traumatismo craniano leve, informou ontem o médico Brasil Caiaido. Ele é um dos profissionais que atende o ex-presidente. Bolsonaro retornou ao Hospital DF Star, em Brasília, após autorização concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, para que ele deixasse a sala na Superintendência da PF, onde cumpre pena de 27 anos de prisão por tentativa de golpe de estado. "Na madrugada de ontem (terça-feira), o presidente apresentou uma queda dentro de seu quarto da superintendência. Inicialmente, pensamos que fosse uma queda da cama, mas, posteriormente, conversando com ele, lembrando fatos, isso nos leva a crer que ele levantou, tentou caminhar e caiu", informou o médico a jornalistas. Bolsonaro fez exames e já retornou à Superintendência da PF, que fica a poucos quilômetros do hospital particular. [PÁGINA 6](#)

INDICADORES																				
IBOVESPA -1,01% / 162.007,93 / -1.655,95 / Volume: 24.920.128.769 / Negócios: 3.679.967						Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,01% (dez.)	EURO turismo						
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,25% (dez.)	Compra: 6,3677	Venda: 6,5477
Preço % Oscil.				Preço % Oscil.				Preço % Oscil.												
GOLL54	6,15	0,00	0,00	ANIM3	4,02	+13,88	+0,49	AZUL54	255,000	-54,37	-303,900	S&P 500	6,920,93	-0,34						
AZUL54	255,000	-54,37	-303,900	RVEE3	2,300	+12,20	+0,250	AMBP3	0,31	-13,89	-0,05	NASDAQ Composite	23.584,274	+0,16	15%	(10/12)	14,90%	Compra: 5,3880	+0,15%	
MBRF3	18,62	-2,87	-0,55	RCSL4	8,80	+9,05	+0,73	FHER3	3,81	-11,19	-0,48	Nasdaq 100	25.653,895	+0,06						
AMBP3	0,31	-13,89	-0,05	ONCO3	2,920	+8,96	+0,240	OIBR3	0,16	-11,11	-0,02	Euronext 100	1.758,88	-0,44	0,1657%	TR	(06/01)			
COGN3	3,58	+7,51	+0,25	CBEE3	10,98	+8,71	+0,88	OIBR4	1,80	-9,09	-0,18	CAC 40	8.233,92	-0,04	Poupança	(06/01)	0,6766%	BM&F/grama/RJ	R\$ 774,10	

MERCADOS

Ibovespa opera no negativo e volta aos 161 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na medida em que se aproxima a agenda mais forte da semana, amanhã, o Ibovespa dá dois passos atrás para acomodação, após ter encerrado o dia anterior na casa dos 163 mil pontos, o segundo maior nível de fechamento de que se tem registro na B3.

Ontem, invertendo também o que se viu na terça-feira, operou no negativo desde a abertura, aos 163.660,52 pontos, e encerrou em baixa de 1,03%, aos 161.975,24 pontos, com giro financeiro a R\$ 24,9 bilhões. Na mínima do dia, buscou os 161.745,83 pontos. Na semana, ainda avança 0,89% e, no ano, 0,53%.

Destaque da agenda de dados de ontem, o relatório privado sobre a geração de empregos nos Estados Unidos, da ADP, mostrou a criação de 41 mil vagas em dezembro, abaixo da expectativa de consenso, de 48 mil, o que reforça a percepção de desaceleração do mercado de trabalho no país, aponta Luise Coutinho, head de Produtos e Alocação na HCI Advisors.

Embora os dados da ADP não sejam estreitamente correlacionados, a leitura normalmente é vista como uma proxy do que pode vir amanhã, quando será divulgado o resultado oficial, o payroll, fundamental para a orientação dos ajustes de juros nos EUA.

"A ata da última reunião mostrou um comitê do Federal Reserve muito dividido. Enquanto os dados fracos de emprego dão argumentos para quem defende a redução das taxas para estimular o país, a inflação ainda persistente e as incertezas sobre novas tarifas de importação e as políticas fiscais em andamento pesam no sentido contrário", acrescenta.

Segundo ela, ante o cenário de dúvidas, a aposta do mercado é de que o banco central americano opte pela cautela e mantenha a taxa de juros na sua próxima reunião de políti-

ca monetária, em 28 de janeiro.

Para Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos, a leitura fraca sobre o mercado de trabalho suscita cautela no sentido de um enfraquecimento de ritmo da economia que, no limite, poderia resultar mesmo em uma recessão nos Estados Unidos, apesar do processo em curso de redução de juros por lá.

Nesta perspectiva, os principais índices de ações em Nova York encerraram o dia sem direção única, com variações entre -0,94% (Dow Jones) e +0,16% (Nasdaq). Por aqui, no mesmo dia do payroll, será conhecido o IPCA de dezembro, destaque da agenda doméstica da semana.

Ontem, o mercado refletiu também a cautela diante dos desdobramentos envolvendo a invasão norte-americana à Venezuela, e a sinalização de maior oferta de petróleo aos Estados Unidos, fatores que pressionam os preços das commodities e impactam, principalmente, as ações da Petrobras, observa Marcos Vinícius Oliveira, economista e analista sênior da ZIIN Investimentos. "A expectativa é de que esse aumento de oferta via Venezuela possa pesar sobre as cotações do petróleo no médio prazo", acrescenta.

"A bolsa brasileira acompanhou ambiente mais defensivo, refletindo não apenas o aumento da cautela, mas também um movimento de realização de lucros, especialmente após os ganhos acumulados ao longo de 2025 quando o Ibovespa acumulou alta de cerca de 34%. Parte dos investidores aproveita o momento para reduzir exposição e proteger resultados", diz Gustavo Gomes, head de renda variável da AVIN.

Segundo ele, de forma geral, o pregão combinou pressão moderada sobre o câmbio, juros com menor inclinação, sobretudo nos vencimentos mais curtos, e uma bolsa em ajuste de posições em razão do ambiente de maior aversão ao risco.

Após leve alta, cotação do dólar se mantém abaixo de R\$ 5,40

ANTONIO PEREZ/AE

Após quatro pregões consecutivos de queda, em que acumulou perdas de 3,39%, o dólar exibiu leve alta na sessão de ontem, mas se manteve abaixo de R\$ 5,40. Operadores afirmam que o ambiente negativo para divisas emergentes, com queda do petróleo e de commodities metálicas, abriu espaço para ajustes e realização de lucros no mercado doméstico de câmbio.

Dados de emprego e atividade nos Estados Unidos reforçaram a perspectiva de que o Federal Reserve vai manter a taxa básica de juros norte-americana inalterada em seu encontro de política monetária neste mês e podem ter contribuído para o fortalecimento da moeda do país. Questões geopolíticas, como os planos de

Donald Trump para o petróleo da Venezuela e as ameaças dos EUA à Groenlândia, foram apenas monitoradas.

Com máxima de R\$ 5,4010 e mínima de R\$ 5,3690, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,13%, a R\$ 5,3870. Depois de subir 2,89% em dezembro, quando se aproximou de R\$ 5,60, a moeda acumula queda de 1,86% neste início de janeiro.

"Vimos uma leve alta do dólar hoje (ontem), em linha com o comportamento em relação a outras divisas emergentes. Tem também um fator técnico de correção após alta do real nos últimos dias", afirma a economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, ressaltando que os "ruídos institucionais" relacionados ao Banco Master podem ter contribuído para uma postura mais defensiva dos investidores.

BANCO CENTRAL

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil registrou em 2025 a segunda maior saída líquida de dólares da série histórica, iniciada em 1982, de acordo com dados preliminares divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O fluxo cambial total ficou negativo em US\$ 33,316 bilhões, volume inferior apenas ao registrado em 2019, quando a saída somou US\$ 44,768 bilhões.

Apesar do resultado expressivo, o real se valorizou ao longo do ano, sustentado por juros elevados no país e pela queda do dólar no mercado internacional.

O desempenho negativo foi provocado principalmente pelo canal financeiro, que acumulou saída líquida de US\$ 82,467 bilhões em 2025, a segunda maior da série histórica, atrás apenas de 2024. Esse canal inclui inves-

timentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucros, pagamento de juros e outras operações financeiras.

Já o canal comercial apresentou entrada líquida de US\$ 49,151 bilhões, insuficiente para compensar a forte evasão financeira. O saldo positivo ficou abaixo do pico registrado em 2007 e também menor que o observado em 2024.

Segundo o BC, o principal fator para a menor entrada de dólares pela via comercial foi o avanço das importações. O volume de câmbio contratado para compras externas alcançou US\$ 238 bilhões, o segundo maior da série histórica, atrás apenas de 2022.

As exportações somaram US\$ 287,5 bilhões no ano. Diferentemente da balança comercial, que inclui apenas exportações e importações já realizadas, o flu-

xo cambial inclui operações como pagamentos antecipados e adiantamentos de contrato de câmbio.

Mesmo com a saída expressiva de dólares no mercado à vista, o real apreciou-se em 2025. Os juros elevados no Brasil e o enfraquecimento global do dólar estimularam posições favoráveis à moeda brasileira no mercado de derivativos (ativos que derivam de outros ativos), compensando o fluxo cambial negativo.

O Banco Central, por sua vez, teve atuação limitada no mercado à vista, realizando apenas duas intervenções de US\$ 1 bilhão cada, por meio do mecanismo conhecido como "casadão". Nessas operações, o BC vende dólares das reservas internacionais, combinando com swaps cambiais reversos, compra de dólares no mercado futuro, na

mesma quantia. O casadão permite que a autoridade monetária alivie a taxa de juros em dólar, sem mexer no câmbio.

Em dezembro de 2025, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 13,562 bilhões, valor inferior ao registrado no mesmo mês de 2024, quando a saída chegou a US\$ 27 bilhões. O resultado refletiu uma saída de US\$ 20,982 bilhões pela conta financeira, parcialmente compensada por uma entrada de US\$ 7,421 bilhões pela conta comercial.

Tradicionalmente, dezembro concentra remessas ao exterior para pagamento de dividendos. Em 2025, os envios foram intensificados por empresas e investidores que buscaram se antecipar ao fim da isenção do imposto de renda sobre remessas internacionais, que passou a ser tributada a partir deste ano.

Índice de Commodities do BC medido em reais sobe 4,3 % em dezembro

MARIANNA GUALTER/AE

O Índice de Commodities do Banco Central (IC-Br) medido em reais subiu 4,30% em dezembro na comparação com novembro, informou a autarquia. Com o resultado, o indicador fechou 2025 em queda de 9,49%.

Houve alta de 3,53% em commodities agropecuárias e de

12,19% em metálicas, enquanto houve queda de 2,61% em energéticas.

O IC-Br representa a média mensal dos preços de um conjunto de commodities consideradas relevantes para a dinâmica da inflação no Brasil. O setor agropecuário tem peso aproximado de 67% no índice, seguido pelos segmentos de energia (em

torno de 17%) e de metais (com cerca de 16%).

Em dólares, o índice agregado avançou 2,07% em dezembro, com altas no segmento agropecuário (1,31%) e metálicas (9,76%), além de queda em energia (4,64%).

No acumulado do ano passado, os preços em reais das commodities agropecuárias

caíram 15,22% e os de energia, 17,0%, enquanto as commodities metálicas subiram 22,59%.

Quando medido em dólares, o IC-Br total subiu 1,17%, com quedas de 5,23% no segmento de agropecuária e de 7,17% no de energia. Os preços do segmento de metálicas subiram 36,96%.

PREÇOS

Aluguel residencial registra aumento de 0,51% em dezembro, revela a FGV

DANIELA AMORIM/AE

Os aluguéis residenciais aumentaram 0,51% em dezembro, após terem subido 0,37% em novembro. Os dados são do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (Ivar), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O índice acumulou alta de 8,85% em 2025, ante avanço de 6,92% nos 12 meses encerrados em novembro.

"Os dados de 2025 refletem um mercado com demanda aquecida e espaço para repa-

ses. Embora o índice nacional tenha avançado apenas 0,51% em dezembro, o acumulado em 12 meses alcançou 8,85%, ligeiramente acima dos reajustes observados em 2024. Esse movimento indica que os efeitos defasados da inflação e o processo de recomposição de preços seguem influenciando o mercado de aluguéis. Para o início de 2026, o cenário aponta para a manutenção de reajustes elevados, sustentados por fatores como juros ainda altos, inflação de serviços persistente e oferta restrita, especialmente em áreas centrais", avaliou o economista

Matheus Dias, do Ibre/FGV, em nota oficial.

O Ivar foi criado para medir a evolução mensal dos valores de aluguéis residenciais do mercado de imóveis no Brasil, com informações obtidas diretamente de contratos assinados entre locadores e locatários sob intermediação de empresas administradoras de imóveis. Até então, a FGV coletava informações de anúncios de imóveis residenciais para locação, e não os valores efetivamente negociados.

Quanto aos resultados das quatro capitais que integram o

índice da FGV, o aluguel residencial em São Paulo passou de um aumento de 0,52% em novembro para alta de 0,65% em dezembro. No Rio de Janeiro, o índice saiu de alta de 1,13% para estabilidade (0%) no período; em Belo Horizonte, de aumento de 0,39% em novembro para alta de 1,11% em dezembro; e em Porto Alegre, de recuo de 0,37% para alta de 0,25%.

No acumulado do ano de 2025, os aluguéis avançaram 9,48% em São Paulo, 11,27% em Belo Horizonte, 12,11% no Rio de Janeiro e 3,32% em Porto Alegre.

CONSUMO

Associação prevê crescimento de 16,3% nas vendas de sorvete este ano

EDUARDO LAGUNA/AE

Com as constantes ondas de calor, a indústria de sorvetes espera faturar 16,3% a mais neste ano, após fechar 2025 com crescimento no faturamento estimado em 6,8%. A previsão é da Abrasor-

vete, associação que representa fabricantes, fornecedores, distribuidores e varejistas de sorvete.

Além das temperaturas mais altas, o prognóstico se baseia na expansão da renda dos consumidores e nos investimentos feitos pelo setor para atender ao

aumento da demanda.

Segundo levantamento da Abrasorvete, 86,4% das empresas realizaram durante o último ano algum investimento em máquinas, expansão de fábricas ou novas tecnologias. Uma a cada cinco empresas (22%) investiu

mais de R\$ 1 milhão.

"Os números revelam que o setor não está apenas reagindo ao mercado, mas se estruturando para um novo patamar de consumo", comenta Martin Eckhardt, presidente da Abrasorvete.



ENERGIA

Itaipu vai investir R\$ 1,5 bi para manter tarifa regulada

DENISE LUNA/AE

A usina hidrelétrica binacional de Itaipu vai investir R\$ 1,5 bilhão ao longo de 2026 para manter a mesma tarifa que vem praticando desde 2024 para os consumidores regulados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de US\$ 17,66 por kW/mês. O valor será válido até dezembro deste ano. Segundo a empresa, até 2021, a tarifa de repasse da energia de Itaipu permaneceu estável, com média de US\$ 27,86 por kW/mês. A quitação da dívida de construção da usina, concluída em 2023, permitiu uma redu-

ção da ordem de 27,4%. Para o período de 2024 a 2026, a tarifa foi fixada em US\$ 17,66 por kW/mês, o que representa uma queda acumulada de cerca de 36,6% em relação ao patamar anterior. "Os resultados demonstram que Itaipu é muito mais do que uma usina: é um instrumento estratégico do Estado brasileiro para garantir energia limpa, segurança operativa, tarifas justas e alívio concreto no bolso do cidadão", afirmou em nota o diretor financeiro executivo da Itaipu, André Pepitone. Em 2025, a energia de Itaipu atingiu o valor de R\$ 221,30 por

MWh (megawatt-hora), posicionando-se abaixo das usinas sob regime de cotas definidas pela Lei nº 12.783/2013, fixadas em R\$ 222,59 por MWh, e significativamente inferior ao custo médio do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em 2025, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R\$ 307,29 por MWh. "A competitividade é ainda mais evidente quando comparada ao ACR médio projetado pela Aneel para 2026, de R\$ 342,71 por MWh, reforçando o papel de Itaipu como instrumento relevante de modicidade tarifária, previsibilidade e estabilidade do

portfólio das distribuidoras", informou a companhia. De acordo com Itaipu, a tarifa a ser adotada a partir de 2027 dependerá de consenso binacional, respeitando o Tratado de Itaipu. "As negociações da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu foram retomadas pelas chancelarias de Brasil e Paraguai. O governo brasileiro defende a continuidade da redução tarifária, especialmente após a quitação da dívida de construção da usina em 2023. Qualquer alteração somente poderá ser implementada mediante consenso entre os dois governos", explicou a empresa.

Aneel define calendário de 2026 de acionamento da bandeira tarifária

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem o calendário de acionamento das bandeiras tarifárias, mês a mês, para o ano de 2026. Com condições favoráveis de geração elétrica, em janeiro deste ano foi acionada a bandeira verde, indicando

que não haverá custo adicional nas contas dos consumidores. Os primeiros meses de 2026 devem continuar com bandeira verde, sem cobrança adicional. Porém, apesar das perspectivas positivas à frente, as projeções podem ser alteradas. Além do risco hidrológico, gatilho para o acionamento das

bandeiras mais caras, outro fator de peso é o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) - valor calculado para a energia a ser produzida em determinado período. O sistema de bandeira tarifária foi implementado em 2015 e sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de ener-

gia elétrica por meio das cores das bandeiras tarifárias (verde, amarela ou vermelha). Na segunda metade do ano já é vislumbrado grandes chances de uma prevalência da bandeira vermelha, com cobrança adicional entre R\$ 4,46 e R\$ 7,87 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

PETROBRAS

Ibama pede detalhamento sobre vazamento de fluido no Amapá

RENAN MONTEIRO
E DENISE LUNA/AE

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhou ontem um ofício à Petrobras, solicitando as informações técnicas sobre o acidente de vazamento de fluido biodegradável na atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na bacia da foz do Amazo-

nas, na Margem Equatorial brasileira, a 175 quilômetros da costa do Amapá. O Ibama recebeu, no último domingo, a comunicação inicial sobre o caso. A Petrobras informou uma "perda de fluido" na perfuração em duas linhas auxiliares que conectam a sonda de perfuração que explora o poço Morpho. De acordo com o comunicado, "a companhia adotou todas as medidas de contro-

le e não houve danos ao meio ambiente ou às pessoas." Ontem, o Ibama pediu a elaboração de relatório sobre os fatos que levaram ao acidente de vazamento, com detalhamento da formulação qualitativa e quantitativa do fluido vazado, incluindo os laudos laboratoriais. Também é demandada a avaliação de impacto e a adoção de medidas para evitar que o cenário accidental se repita. O ofício não estipula prazo para apresentação dos pedidos, mas deixa em aberto para que a própria Petrobras disponibilize uma data. O Ibama já esclareceu em parecer técnico do ano passado que a licença pode ter as suas condicionantes modificadas ao longo da atividade. Por sua vez, organizações ambientais e movimentos sociais protocolaram pedido de tutela antecipada junto a um processo aberto na Justiça Federal do Amapá, que pede a anulação da licença para as atividades de perfuração, pela Petrobras, de poços de petróleo no bloco FZA-M-59. O pedido é de suspensão imediata das atividades da Petrobras. Assinam a petição o Instituto Arayara, Greenpeace Brasil, WWF-Brasil, Observatório do Clima e as principais articulações indígenas e quilombolas do País, como a Apib e a Conaq. Segundo as organizações, o vazamento jogou 15 mil litros de fluido de perfuração no mar a uma profundidade de 2.700 metros. Para as entidades, o episódio é a prova concreta de que as garantias de segurança apresentadas pela Petrobras são insuficientes. A Petrobras argumenta que o fluido de perfuração é biodegradável e o vazamento é comum na indústria, não causando assim impacto ao meio ambiente.

CHURRASQUETO CENTRAL LTDA
CNPJ 33.120.551/0001-48
Edital de Convocação - Reunião de Sócios: São convidados os senhores cotistas da Churrasqueto Central Ltda., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de sócios cotistas, no endereço Avenida Rio Branco, 156, 2º S/Loja e Lojas 327 e 328, Centro/RJ, CEP: 20.090-000, no dia 15/01/2026, às 13:00hs, ou em formato virtual, através de Link a ser disponibilizado via e-mail e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, para as seguintes ordens do dia: a) Autorização para distribuição de lucros acumulados; e, b) Assuntos Gerais. RJ, 07/01/2026. José Ferreira Jorge Neto - Diretor Comercial.

IRMÃOS NETO PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA
CNPJ: 29.171.279/0001-58
Edital de Convocação - Reunião de Sócios: São convidados os senhores cotistas da Irmãos Neto Participações e Administração Ltda., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de sócios cotistas, no endereço Avenida Almirante Barroso, 02, GR de salas 301/303, Centro/RJ, CEP: 20.031-002, no dia 15/01/2026, às 15:00hs, ou em formato virtual, através de Link a ser disponibilizado via e-mail e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, para as seguintes ordens do dia: 1. Autorização para distribuição de lucros acumulados; e, 2. Assuntos gerais. RJ, 07/01/2026. Antonio Ferreira Jorge Neto - Diretor Presidente

GIN PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA
CNPJ 00.619.948/0001-20
Edital de Convocação - Reunião de Sócios: São convidados os senhores cotistas da Gin Participações e Administração Ltda., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de sócios cotistas, no endereço Almirante Barroso, nº 02, GR de Salas 301/303, Centro/RJ, CEP 20031-002, no dia 15/01/2026, às 11:00hs, ou em formato virtual, através de Link a ser disponibilizado via e-mail e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, para as seguintes ordens do dia: a) autorização para distribuição de lucros acumulados; e, b) Assuntos Gerais. RJ, 07/01/2026. Antônio Ferreira Jorge Neto - Diretor Presidente.

SOCIEDADE MERCADO SÃO BRAZ
CNPJ nº 02.787.189/0001-30
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores sublocatários em pleno gozo de seus direitos, para AGO que será realizada no dia 16/01/2026 às 8:00h em 1ª convocação e às 9:00h em 2ª e última, na Rua Augusto Vasconcelos, 99, Campo Grande – RJ, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: A – Prestação de contas do exercício de 2025; B – Eleição de Diretoria e Conselho Fiscal para o exercício de 2026; C- Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2026. Sergio Luiz de Barros – Presidente.

HI.PE Participações S.A.
CNPJ/MF nº 51.185.463/0001-06 – NIRE 33.300.349.529
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da HI.PE Participações S.A. ("Companhia") para se reunirem em AGE, nos termos do § 1º do artigo 8 do Estatuto Social da Companhia, a ser realizada, em 1ª convocação, em 20/01/2026, às 15h, e, em 2ª convocação, às 15h30, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia em até R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais); e (ii) a alteração do caput do artigo 5 do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento do capital social, caso a deliberação anterior seja aprovada, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. RJ, 07/01/2026. **Vitor Miguel Arteiro de Mello** – Presidente do Conselho de Administração. (08, 09 e 10/01/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO
COMUNICADO DE REAGENDAMENTO E ORIENTAÇÃO
AOS LICITANTES CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90006/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4429/2024
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por intermédio do Secretário Municipal de Compras e Licitação, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que:
1. **DOS FATOS:** Em virtude de instabilidades técnicas sistêmicas ocorridas na plataforma **Compras.gov.br** no dia 29 de dezembro de 2025, devidamente reconhecidas pelo **Comunicado nº 46/2025** da referida plataforma e corroboradas por relatos de licitantes, a sessão pública original restou prejudicada.
2. **DO NOVO CRONOGRAMA:** Com o intuito de garantir a ampla competitividade e a segurança do certame, a sessão pública foi reagendada para o dia **27 de fevereiro de 2026, às 10h00min (horário de Brasília)**.
3. **DA PROVIDÊNCIA OBRIGATORIA (RECADASTRAMENTO):** Ficam todos os licitantes **NOTIFICADOS** de que as propostas cadastradas anteriormente à instabilidade do sistema podem ter sofrido desconformidades técnicas no banco de dados da plataforma. Portanto, para assegurar a regular participação no certame, é **imprescindível que todos os interessados realizem o novo cadastramento (ou recadastramento) de suas propostas** no sistema antes da nova data de abertura.
4. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** Tal medida visa resguardar a transparência, a isonomia e a lisura do procedimento licitatório, evitando prejuízos aos participantes e à Administração Pública.
Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos por meio da Plataforma Comprasgov ou pelo e-mail **compras.licitacao@arraial.rj.gov.br**.
Arraial do Cabo, 07 de janeiro de 2026.
Diogo dos Santos de Moraes
Secretário Municipal de Compras e Licitações.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 23 de Janeiro de 2026 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 30 de Janeiro de 2026 a partir das 14h30
MARIA BEATRIZ DE BARROS SANTORO VILELA MORAES, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 1126, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato de empréstimo com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, nº 70006297-1, datado em 19/10/2021, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento 107 do edifício com o nº 555 pela Rua Marechal José Bevilacqua, Freguesia De Jacarepaguá, com direito a 01 vaga de garagem e correspondente fração ideal de 536/41496 do terreno designado por lote 01 do PAL 43.675 que mede: 45,00m de frente pela Rua Marechal José Bevilacqua, nos fundos, por onde é atingido por faixa "non aedificandi", com 32,00m de largura total, sendo 16,00m para cada lado centrada a partir do eixo do Rio Tindiba, mede 16,80m mais 3,70m aprofundando o terreno no sentido dos fundos para a frente e configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno mais 27,00m alargando o terreno mais 12,80m configurando com a medida anterior um angulo obtuso interno; à direita mede 53,00m mais 18,00m alargando o terreno, configurando com a medida anterior um angulo obtuso externo, 54,30m à esquerda, confrontando à direita com propriedade de Antônio Alberto e Manoel Aleixo, à esquerda com o lote 16 do PAL 30.024 de Acacio Faustino Pereira e nos fundos com parte do lote 01, com o lote 02 ambos de Sílvio José Segundo e parte com terreno de José Cruz (lote 11 do PAL 10918). Matrícula nº 227.176 do 9º Cartório Oficial de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 2053093-7, CL 052191. **1º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 351.305,98 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e oito centavos).** **2º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 306.859,19 (trezentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Ficam os **Devedores Fiduciários LUCIO BASTOS PONTES**, identidade do M. Ex. nº 041.995.464-9, CPF nº 025.378 557-01, declara conviver em união estável sob o regime da comunhão parcial de bens com **ROSANGELA CARDOSO DE OLIVEIRA**, CNH nº 06893915464-Detran/DF, CPF nº 042.474.047-84, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Rua Henrique Monteiro, nº 125 - 2º andar - Pinheiros, São Paulo - SP | CEP: 05423-020.

TS-19 PARTICIPAÇÕES LTDA.
NIRE 33.2.0923071-9 - CNPJ nº 10.262.875/0001-15
Extrato do Instrumento Particular de 57ª Alteração e consolidação do Contrato Social
Pelo presente instrumento particular: 1. **Project Patio Brazil III JV, L.P.**, com sede em Nova York/NY, EUA, CNPJ 18.763.091/0001-82; 2. **Project Patio London JV, L.L.P.**, com sede em Londres ECA43AE, CNPJ 18.763.090/0001-38; e 3. **Project Patio Scots JV, L.L.P.**, com sede em Edimburgo/Escocia, CNPJ 18.763.092/0001-27, todas representadas por suas procuradoras, **Leila Rodrigues Jacy da Silva**, RG 30.052.302-6-SSP/SP, CPF 279.475.358-41; e **Haailih Bittar**, RG 27.664.205-3-SSP/SP, CPF 279.018.468-28, OAB/SP 199.736; na qualidade de sócias da **TS-19 Participações Ltda.**, têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social nos seguintes termos: 1. Decidem: (i) ratificar todos os termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da TS-19 Participações Ltda. com Incorporação do Acervo Cindido pela TS-32 Participações Ltda., celebrado em 22.12.2025 pelos administradores da Sociedade e da **TS-32 Participações Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ 45.326.376/0001-29, JUCESP-NIRE 35.238.607.282 ("Incorporadora"), que estabelece os termos e condições aplicáveis à cisão parcial da Sociedade e versão do acervo cindido para a Incorporadora. (ii) ratificar a nomeação da Contábil Agosto S/S, CNPJ 04.665.275/0001-03, CRC/SP 2SP022098/O-3, para avaliar os bens e direitos a serem cindidos da Sociedade e vertidos à Incorporadora; (iii) aprovar o laudo de avaliação, na data base de 30.11.2025; (iv) aprovar a cisão parcial da Sociedade com versão do acervo líquido cindido à Incorporadora, sem solidariedade, em conformidade com o Protocolo. 2. A cisão parcial da Sociedade e versão do acervo líquido cindido para a Incorporadora resultam em uma redução do capital social no valor de R\$ 42.666.503,00, desconiderando-se os centavos por se tratarem de fração de quota, mediante o cancelamento, de maneira proporcional entre as sócias, de 42.666.503 quotas, com valor unitário de R\$ 1,00, passando o capital social de R\$ 569.378.901,00, para R\$ 526.712.398,00, dividido em 526.712.398 quotas, com valor unitário de R\$ 1,00, a saber: (a) canceladas 13.013.597 quotas da sócia **Project Patio Brazil III JV, L.P.**, - R\$ 13.013.597,00; (b) canceladas 14.826.453 quotas da sócia **Project Patio London JV, L.L.P.** - R\$ 14.826.453,00; e (c) canceladas 14.826.453 quotas da sócia **Project Patio Scots JV, L.L.P.** - R\$ 14.826.453,00. 3. Alterar a Cláusula 5º do Contrato: "**Cláusula 5 - O capital social em moeda corrente nacional, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 526.712.398,00, dividido em 526.712.398 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: Sócia - Quotas - Valor (R\$) - %: Project Patio Brazil III JV, L.P.: 160.651.158, R\$ 160.651.158,00, 30,5%; Project Patio London JV, L.L.P.: 183.030.620, R\$ 183.030.620,00, 34,75%; Project Patio Scots JV, L.L.P.: 183.030.620, R\$ 183.030.620,00, 34,75%. Total: 526.712.398, R\$ 526.712.398,00, 100%. § único - A responsabilidade de cada uma das sócias é limitada ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital.**" Todas as demais cláusulas, termos e condições do Contrato Social permanecem inalteradas, válidas e eficazes. Rio de Janeiro, 22.12.2025. **Project Patio Brazil III JV, LP, Project Patio London JV, LLP e Project Patio Scots JV, LLP** - todas por Leila Rodrigues Jacy da Silva e Haailih Bittar. JUCERJA - Certificado de arquivamento em 26/12/2025 sob nº 00007394329, protocolo 2025/01221425-1 em 23/12/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.585 - **Companhia Aberta**
Resumo da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada Em 08 de Dezembro de 2025: Foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 08.12.2025 às 11h, na sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, acionistas representando 70,54% do capital social votante e 83,14% do capital social total, tudo conforme registrado no Livro de Presença dos Acionistas, na qual foi deliberada os seguintes temas: (1) Eleger 2 (dois) membros para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição aos ex-Conselheiros que renunciaram aos seus cargos, para exercer o cargo até o final do mandato dos membros substituídos; (2) Deliberar sobre a Proposta de alteração do objeto social da Companhia para melhor adequação das atividades existentes e inclusão de novas atividades, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; e (3) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (2) acima. O item (1) da Ordem do Dia foi aprovado. Com relação ao item (2). Visto não ter sido atingido o quórum de que represente, no mínimo, metade do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, a respectiva matéria não foi aprovada. A administração da Companhia promoverá, oportunamente a publicação do Edital de Segunda Convocação para apreciação da respectiva matéria. Relativamente ao item (3) da Ordem do Dia, tendo em vista a não aprovação do item imediatamente acima a respectiva matéria não foi deliberada. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário. Secretária. Maria Gabriela Campos da Silva Meneses Cortes. Acionistas presentes à distância por meio da plataforma Microsoft Teams: Usiminas Participações e Logística S.A. (detentora de 37.513.650 ações ordinárias e 342.805 ações preferenciais, representativas de 11,20% do capital social da Companhia e 20,04% do capital social votante da Companhia), representada por Lilian Drummond Diniz Malaco Moreira e Carlos Hector Rezconico. Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (detentora de 26.611.282 ações ordinárias e 36.765.916 ações preferenciais, representativas de 18,75% do capital social da Companhia e 14,21% do capital social votante da Companhia) representada por Claudia Sarti e Ana Paula Hajnal. CSN Mineração S.A. (detentora de 25.802.872 ações ordinárias e 37.536.000 ações preferenciais, representativas de 18,74% do capital social da Companhia e 13,78% das ações ordinárias Companhia) representada por Claudia Sarti e Ana Paula Hajnal. Sergio Feijão Filho (detentor de 6 ações ordinárias, representativas de 0,0000018% do capital social da Companhia e 0,0000032% do capital social votante da Companhia). Acionistas presentes por meio de boletim de voto à distância: Gerdau S.A. (detentora de 4.460.128 ações ordinárias representativas de 1,32% do capital social da Companhia e 2,38% do capital social votante da Companhia). Mineração Brasileira Reunidas S.A. (detentora de 37.666.526 ações ordinárias e 74.301.916 ações preferenciais, representativas de 33,13% do capital social da Companhia e 20,12% do capital social representada por sua procuradora Sra. Tayanne Gil de Almeida que cumpre orientação de voto proferida em conformidade com a Decisão de Diretores Executivos em Conjunto ("DEC") da Vale S.A. no 078 de 05/12/2025 assinada por Carlos Henrique Senna Medeiros e Marcelo Feriozzi Bacci. Protocolo: 2025/00364811-2 Data do protocolo: 20/03/2025. Certificado de arquivamento em 21/03/2025 sob o número 00006879813

Diário de Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.300.5763-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 70ª (SEPTUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 70ª (septuagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com registro de securitizadora 51 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulista, CEP 01.451-913, inscrita no CNPJ sob nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos de CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto no "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 70ª (septuagésima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasil Sistemas de Energia Solar 10 Ltda." ("Termo de Securitização") e nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Titulares de CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 29 de janeiro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, conforme link para conexão gerado pela Emissora a ser enviado, até 1 (uma) hora antes do horário agendado. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a alteração da Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado para 31 de dezembro de 2024, com a consequente alteração do Anexo II ao Termo de Securitização, nos termos do Anexo A à ata de assembleia; (ii) aprovar o aditamento aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), substancialmente nos termos das minutas a serem aprovadas na assembleia e a serem anexadas à ata de assembleia (iii) em função do georreferenciamento e desmembramento do Imóvel 8 (conforme definido no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície) e do Imóvel 9 (conforme definido no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície), conforme consignado na AGT de 28.11.2024; e (iv) em função da deliberação do item (i) acima; e (iii) caso aprovados os itens acima, aprovar a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob nº 03.834.440/0002-13 ("PMK Advogados"), nos termos da proposta que seguirá anexo à ata de assembleia, para elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação, cujos honorários serão pagos diretamente às expensas do Patrimônio Separado. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI BRASIL 70ª", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (iii) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia especial; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (iv) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo - SP, 08 de janeiro de 2026.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.005763-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Série da 36ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos de CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 36ª Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Direitos Creditórios Penuilizados ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de janeiro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em virtude da aquisição da GRAFENO PAGAMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 15º andar, sala 5, Jardim Paulistas, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.087.027/0001-50 pela VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, Conjunto 41, Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.610.500/0001-88 ("Vórtx"), aprovar a abertura de novas contas vinculadas junto à Vórtx, no banco (310) ("Novas Contas Vinculadas"), as quais deverão contemplar todas e quaisquer prerrogativas, direitos e obrigações atualmente atribuídas às Contas Vinculadas existentes no âmbito da Emissão ("Contas Vinculadas Iniciais"), bem como observar integralmente as respectivas regras de movimentação ali estabelecidas, que terão por finalidade substituir às Contas Vinculadas Iniciais, passando a ser o único destino dos depósitos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Ficando certo que as Devedoras deverão notificar os respectivos sacados acerca da substituição das Contas Vinculadas Iniciais pelas Novas Contas Vinculadas. O encerramento das Contas Vinculadas Iniciais somente poderá ocorrer após a verificação, pela Emissora, do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: (i) primeiro recebimento de valores na Conta Vinculada Adicional; (ii) que no período de 60 (sessenta) dias corridos não houve nenhum recebimento de recursos na Conta Vinculada Inicial; e (iii) que sejam recebidas as devidas comprovações de notificação aos sacados sobre a adoção exclusiva da Conta Vinculada Adicional; sendo certo que a Conta Vinculada Inicial poderá ser encerrada pela Securitizadora e/ou Agente Fiduciário, independente da necessidade de nova Assembleia para tanto. Caso aprovadas quaisquer das matérias da Ordem do Dia, fica a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, autorizada a praticar todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente.fiduciario@vortex.com.br e phx@vortex.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SOCICAM 36", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 07 de janeiro de 2026. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.005763-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DE SÉRIE ÚNICA DA 83ª (OCTOGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários de Série Única da 83ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos de CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª (Octogésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de janeiro de 2026, às 14 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste Edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em virtude da aquisição da GRAFENO PAGAMENTOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 15º andar, sala 5, Jardim Paulistas, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.087.027/0001-50 pela VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, Conjunto 41, Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.610.500/0001-88 ("Vórtx"), aprovar a abertura de novas contas vinculadas junto à Vórtx, no banco (310) ("Novas Contas Vinculadas"), as quais deverão contemplar todas e quaisquer prerrogativas, direitos e obrigações atualmente atribuídas às Contas Vinculadas existentes no âmbito da Emissão ("Contas Vinculadas Iniciais"), bem como observar integralmente as respectivas regras de movimentação ali estabelecidas, que terão por finalidade substituir às Contas Vinculadas Iniciais, passando a ser o único destino dos depósitos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Ficando certo que as Devedoras deverão notificar os respectivos sacados acerca da substituição das Contas Vinculadas Iniciais pelas Novas Contas Vinculadas. O encerramento das Contas Vinculadas Iniciais somente poderá ocorrer após a verificação, (i) pela Emissora, do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: primeiro recebimento de valores na Conta Vinculada Adicional; (ii) que no período de 60 (sessenta) dias corridos não houve nenhum recebimento de recursos na Conta Vinculada Inicial; e (iii) que sejam recebidas as devidas comprovações de notificação aos sacados sobre a adoção exclusiva da Conta Vinculada Adicional; sendo certo que a Conta Vinculada Inicial poderá ser encerrada pela Securitizadora e/ou Agente Fiduciário, independente da necessidade de nova Assembleia para tanto. (ii) Aprovar a alteração da Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail agente.fiduciario@vortex.com.br, localizada na Avenida Paulista, 37, 6º andar, São Paulo/SP, CEP 01311-902, de acordo com proposta do Anexo do Edital e Anexo II do Ataz; (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Automático, conforme previsto na Cláusula 6.1.1, subitem (a) do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Em Série Única, Da Espécie Com Garantia Real E Garantia Adicional Fidejussória, Para Colocação Privada, Da Brooklin Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda." (Notas Comerciais), bem como na Cláusula 8.2.5, subitem (a) do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária da elaboração e entrega das Destinações de Recursos, referentes a julho de 2024, janeiro de 2025 e julho de 2025, conforme previstos na Cláusula 3.5.6, da Nota Comercial, permanecendo inalteradas as obrigações e apurações relativas aos exercícios sociais subsequentes; e (iv) Caso aprovado o item (iii) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias corridos contados da celebração da data desta assembleia, para que a Devedora apresente a obrigação requerida. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail gtn@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI INDEPEY 83", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail agente.fiduciario@vortex.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: gtn@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo do Edital: BROOKLIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. - Canal Securitizadora São Paulo, 08 de janeiro de 2026. Nathália Machado Loureiro - Diretora de Securitização

TJSP

FAUSTO MACEDO/AE

O desembargador Francisco Eduardo Loureiro (foto), novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, disse ontem que 'sem um Judiciário forte, as promessas de igualdade, liberdade e direitos fundamentais são meros princípios vazios'. Ele enfatizou que 'é fundamental que o Judiciário tenha o respeito e a confiança da população, pois somente assim assegura seu papel estrutural na democracia'.

O magistrado fez um alerta a seus pares ao tomar posse no topo da instituição, em sessão administrativa. "O primeiro passo de todo autocrata que quer destruir uma democracia é a erosão gradual das instituições."

Francisco Eduardo Loureiro vai dirigir nos próximos dois anos o maior tribunal do País, com 358 desembargadores, 2,3 mil juízes e 41,3 mil servidores que atuam em 320 comarcas e 1.630 varas espalhadas pelo estado. Seu grande desafio é um paredão de 17,1 milhões de ações em curso, ou 26% do total de feitos em todo o País.

Em seu pronunciamento, na sede do Palácio da Justiça, na Sé, Loureiro tocou em uma pauta que é cara para o mundo da toga. "É fundamental assegurar nossa autoridade e independência." "O Judiciário tem uma peculiaridade, ele não tem sua legitimidade baseada no voto popular, como ocorre nos demais Poderes, mas sim na confiança, na autoridade e na correção de



TJSP.JUS.BR

suas decisões", pregou.

Aos 66 anos, formado em 1982 pela Faculdade de Direito da USP no Largo de São Francisco, o desembargador exerceu no último biênio o cargo de corregedor-geral da Justiça de São Paulo. Em dezembro, ele foi eleito presidente com 261 votos, maioria absoluta do Tribunal Pleno.

Para Loureiro, a retidão e a honestidade devem caminhar juntas com o magistrado. "Essa é a razão pela qual o dever de integridade da magistratura é requisito primeiro. Não é uma qualidade, é uma premissa. Não basta que as decisões sejam proferidas por magistrados honestos e imparciais, não basta que sejam de boa qualidade e em tempo razoável, é fundamental que assim pareçam aos olhos da população."

O desembargador disse que se sente 'profundamente com-

vido e honrado por assumir a presidência do Tribunal de Justiça'. Segundo ele, a Corte paulista 'tem sido referência de integridade, compromisso com a Justiça, com a cidadania e com o Estado de Direito'.

"Sei que a minha responsabilidade é imensa ao dirigir o tribunal de São Paulo que movimenta 17 milhões e 100 mil processos com uma força de trabalho de 2.300 juízes e 358 desembargadores, além de 41 mil e 300 servidores ativos. Eu sei que recebi uma expressiva votação dos meus pares, o que só aumenta o meu compromisso e a minha responsabilidade para uma boa gestão."

Loureiro mira o monumental acervo processual no tribunal. "Em uma conta singela, entre número de processos e número de juízes, o cálculo é simples e

preocupante. Significa que cada um dos juízes do Estado tem, em média, cerca de 6.400 processos para processar e julgar sob sua responsabilidade. Esse é o grande dilema e a grande angústia de todo magistrado paulista."

Para Loureiro, uma estratégia importante reside em não abrir mão da eficiência dos julgamentos. "Conciliar a imensa produção sem perder a qualidade dos julgamentos, ou seja, julgar muito e julgar bem. Os números são muito mais do que estatísticas frias, eles representam conflitos da vida real, interesses legítimos em disputa. Por trás de cada um dos 17 milhões de processos existe uma história e uma vida a ser decidida."

Ele conclamou todos os magistrados. "É preciso que todos nós, magistrados, lembremos todo dia que o grande protagonista do sistema judiciário não é o juiz, nem o promotor, nem o defensor, nem o advogado, o grande protagonista é a parte, o cidadão que procura o Judiciário. É para a parte que o sistema existe. É a parte que sustenta o sistema."

Ao seu antecessor dedicou elogios e reconhecimento. "Eu recebo do presidente (Fernando Antônio) Torres Garcia um tribunal organizado, com as finanças em ordem e com inúmeras melhorias implantadas." Entre suas metas estão a 'continuação e consolidação de tais avanços, sempre tendo como foco a eficiência'.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.005763-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos de CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 27 de janeiro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a atualização dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (ii), das CPR-Fs, em razão do inadimplemento do pagamento de juros originalmente devido na PMT de 29 de dezembro de 2025, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securitização, bem como da PMT de 28 de novembro, postergada para 02 de janeiro de 2026, conforme aprovado na Assembleia realizada em 19 de dezembro de 2025, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável às referidas PMTs serão objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável. (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@trusteetdvm.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 07 de janeiro de 2026.

Amanda Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

NAVI REAL ESTATE VENTURES – ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.
CNPJ/MF: 37.980.655/0001-83 - NIRE: 35.2.3621408-2

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIAS REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2025
Data, Hora e Local: Dia 21 de novembro de 2025, às 17:30 horas, na sede social da Sociedade, na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, nº 748, 12º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01414-000. Convocação e Presença: Convocação dispensada em virtude da presença da totalidade dos sócios, de acordo com o disposto no art. 1.072, § 2º do Código Civil. Mesa: Presidente de Mesa – Marcelo Freitas de Araújo; e Secretário de Mesa – Luis Guilherme Braga Stacchini. Ordem do Dia: Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, conforme autorizado pelos arts. 1.082, inciso II, e 1.084 do Código Civil. Deliberações: Por unanimidade de votos, os sócios deliberaram: (i) Aprovar a redução do capital social da Sociedade, com fulcro nos arts. 1.082, inciso II, e 1.084 do Código Civil, em R\$ 390.438,00 (trezentos e noventa mil, quatrocentos e trinta e seis reais), mediante o cancelamento de 390.438 (trezentos e noventa mil, quatrocentos e trinta e seis) quotas representativas do capital social da Sociedade, sendo 195.218 (cento e noventa e cinco mil, duzentas e dezoito) quotas de titularidade da sócia Navi Holding Participações S.A. e 195.218 (cento e noventa e cinco mil, duzentas e dezoito) quotas de titularidade da sócia Nilus Holding Ltda. Consequentemente, o capital social passará a ser de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. (ii) Reconhecer que, em decorrência da redução de capital ora aprovada, a participação societária na Sociedade passará a ser distribuída entre os sócios da seguinte forma: **Sócio - Nº de Quotas - Valor (R\$) - Participação (%) - Navi Holding Participações S.A.** - 25.000 - 25.000,00 - 50,00%, Nilus Holding Ltda. - 25.000 - 25.000,00 - 50,00%, **TOTAL: 50.000, 50.000,00, 100%.** (iii) Determinar que a restituição aos sócios, decorrente da redução de capital aprovada no item 'i' acima, seja realizada nos termos do art. 1.084 do Código Civil, mediante a transferência do valor, em dinheiro, de R\$ 195.218,00 (cento e noventa e cinco mil, duzentos e dezoito reais) para cada sócio; (iv) Em razão das deliberações aprovadas acima e sujeito ao disposto no item 'v' abaixo, alterar o caput da "Cláusula IV" do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir o novo valor do capital social da Sociedade no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), **divido em 50.000 (cinquenta mil) quotas**, para que passe a vigorar com a seguinte redação: "**CLÁUSULA IV – CAPITAL SOCIAL** - O capital social da Sociedade é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional e bens, assim distribuídas entre os sócios: **Sócio - Nº de Quotas - Valor (R\$) - Participação (%) - Navi Holding Participações S.A.** - 25.000 - 25.000,00 - 50,00%, Nilus Holding Ltda. - 25.000 - 25.000,00 - 50,00%, **TOTAL: 50.000, 50.000,00, 100%.** (v) determinar (a) que a administração da Sociedade proceda com a publicação desta ata, sendo certo que a redução do capital por excessividade ao objeto social ora aprovada se tornará efetiva 90 (noventa) dias após a referida publicação, nos termos do art. 1.084 do Código Civil, sem que tenha havido oposição de credores ou, se tiver havido oposição de algum credor, desde que feita a prova do pagamento da dívida ou do depósito judicial do respectivo valor; e (b) que decorrido referido prazo, a administração da Sociedade tome todas as providências necessárias para efetivar a redução de capital e a transferência para os sócios do montante em dinheiro referido no item 'iii' acima, podendo, inclusive, assinar todo e qualquer instrumento necessário para este fim; e (vi) por fim, mediante arquivamento desta ata na competente Junta Comercial, observado o disposto acima, deverão os sócios celebrar instrumento de alteração do Contrato Social da Sociedade, para refletir o novo capital social reduzido, conforme deliberado nos itens 'i', 'ii' e 'v' acima. **Encerramento:** Às 10:00 horas, depois de lida, foi a respectiva ata aprovada, assinada e arquivada na sede da Sociedade. São Paulo, 21/11/2025, Marcelo Freitas de Araújo - Presidente de Mesa, Luis Guilherme Braga Stacchini - Secretário de Mesa. **Sócios: NAVI HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.** Por: Gustavo Amorós Souza Lima - Diretor, Por: Marcelo Freitas de Araújo - Diretor. **NILUS HOLDING LTDA.** Por: Gustavo Ribas de Almeida Leite - Administrador, Por: Luis Guilherme Braga Stacchini - Administrador.

VERÃO:

Sol com muitas nuvens.

Noite com pancadas de chuva.

ASFIXIA

MP bloqueia R\$ 900 mi do crime organizado em 2025

ABRASIL

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) encerrou 2025 com números expressivos no enfrentamento financeiro às organizações criminosas que atuam no estado. Como resultado da atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) ao longo do ano, foi requerido ao Judiciário o bloqueio de R\$ 906.265.077,21 em recursos vinculados a pessoas e organizações criminosas.

Para isso, o grupo qualificou seus métodos de investigação, ampliou o intercâmbio de informações relacionadas a crimes financeiros de alcance nacional e transnacional e firmou parcerias estratégicas que permitiram expandir o alcance de suas ações.

Um exemplo é o Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo MPRJ com a Polícia Civil, em março do ano passado, com o objetivo de ampliar a aplicação do confisco de bens nas investigações patrimoniais, instrumento essencial para rastrear, bloquear e recuperar patrimônios ilícitos. De acordo com a coordenadora do Gaeco, promotora de Justiça Letícia Emile Alqueres Petriz, o impacto dessas ações vai além dos números.

“A asfixia financeira das organizações criminosas atinge o

núcleo de sustentação, enfraquecendo a capacidade de operação e expansão. A atuação do Gaeco é estrategicamente orientada para minar o poder econômico desses grupos, especialmente por meio da investigação patrimonial e da aplicação do confisco alargado, que permite retirar da criminalidade os recursos obtidos de forma ilícita e impedir sua reinserção no circuito econômico”, afirmou.

Em 2025, o Gaeco ajuizou 70 denúncias contra 767 pessoas, entre elas 120 agentes públicos, e obteve ordens judiciais que subsidiaram 39 operações voltadas ao cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão.

Entre as principais ações realizadas ao longo do ano, o MPRJ cumpriu mandados de busca e apreensão contra investigados pelo envolvimento no homicídio do advogado Rodrigo Crespo; atuou no cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão contra integrantes de uma organização criminosa que furtava petróleo bruto dos dutos da Transpetro, com atuação nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e participou de ações conjuntas com ministérios públicos de outros estados, como a Operação Carbono Oculto, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) contra um esquema bilionário de adulteração e distribuição irregular de

combustíveis.

Destacam-se também as denúncias ajuizadas contra nove integrantes do chamado “novo escritório do crime”, incluindo três policiais militares; contra membros da nova cúpula do jogo do bicho, entre eles Rogério de Andrade, Flávio da Silva Santos, conhecido como “Pepé” ou “Flávio da Mocidade”, e Vinicius Drumond; além de 67 integrantes da facção criminosa Comando Vermelho. Também foram denunciados servidores públicos por crimes como peculato, corrupção, fraudes a licitação, lavagem de capitais e envolvimento com atividades relacionadas à milícia.

Em destaque, as denúncias contra 22 agentes do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), acusados de incitar internos do Centro de Socioeducação (Cense) Ilha do Governador à depredação da unidade e contra servidores e engenheiros do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) envolvidos em esquema de corrupção para a emissão irregular de licenças ambientais, além de três bombeiros militares de Cabo Frio e de dois ex-secretários municipais de Silva Jardim, por crimes relacionados à emissão irregular de licenças e a fraudes em licitação.

Ao longo do ano, o Gaeco também obteve decisões judiciais favoráveis em medidas cautelares. Entre elas estão a

manutenção do contraventor Rogério de Andrade no Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande (MS) e a permanência do miliciano Luís Antônio da Silva Braga, conhecido como Zinho, no Presídio Federal de Segurança Máxima de Brasília.

Além disso, o Gaeco obteve a confirmação, em segunda instância, da sentença que levou o bicheiro Bernardo Bello e seu comparsa, Wagner Dantas Alegre, a julgamento pelo homicídio do contraventor Alcebíades Paes Garcia, conhecido como Bid, morto quando chegava em casa, após assistir aos desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí. Ele era irmão de Waldemir Paes Garcia, o Maninho, também assassinado.

De acordo com Letícia Petriz, a iniciativa reflete a adaptação necessária ao avanço das práticas criminosas. “A criação do CyberGaeco representa passo estratégico para a modernização das investigações, diante da crescente atuação das organizações criminosas no ambiente digital. A experiência de outros ministérios públicos com estruturas semelhantes demonstra que a especialização é fundamental para ampliar a efetividade das apurações, especialmente em crimes que envolvem tecnologia, criptomoe das e lavagem de dinheiro”, explicou a promotora.

PRAIAS

Niterói recolhe mais de três toneladas de recicláveis do réveillon

A Companhia de Limpeza de Niterói (Clin) disponibilizou para a festa de réveillon recipientes específicos destinados à coleta seletiva, que recolheram 3,25 toneladas de recicláveis durante a passagem de ano. Deste total, foram coletados 60% de vidros e 40% de outros materiais recicláveis. Esta foi a primeira vez que a Clin disponibilizou estes equipamentos durante o réveillon em Niterói.

De acordo com a equipe de sustentabilidade da Clin, 18 recipientes destinados à coleta seletiva foram colocados na Praia de Icaraí, da manhã do dia 31 de dezembro até o dia 1º de janeiro. Deste total, 9 eram os cicleas, equipamentos laranjas específicos para o descarte de vidro, e os outros nove eram azuis, destinados aos demais recicláveis.

“A iniciativa da Clin de colocar contêineres específicos para o descarte de coleta seletiva foi muito importante. O retorno foi bom e acreditamos que pode se tornar um hábito, com a população participando cada vez mais. A empresa tem como objetivo estimular a conscientização de todos sobre o descarte responsável dos resíduos”, destacou o presidente da Clin, Acílio Borges.

Após a festa de réveillon, a

empresa realizou uma grande operação de limpeza nas praias e vias públicas da cidade, recolhendo cerca de 55 toneladas de resíduos. A previsão inicial era de concluir os serviços às 11h do dia primeiro. No entanto, às 9h, as praias estavam completamente limpas em Niterói.

Os garís iniciaram os trabalhos às 5h30 e somente na Praia de Icaraí, onde ocorreram os shows promovidos pela Prefeitura de Niterói, foram retiradas aproximadamente 30 toneladas de resíduos.

O volume total de resíduos recolhidos neste Réveillon foi menor em comparação a anos anteriores. O dado indica um resultado positivo das campanhas de conscientização realizadas ao longo de 2025 e reflete uma postura mais sustentável por parte da população.

Para dar suporte à operação, as equipes da Clin utilizaram 88 equipamentos, entre caminhões basculantes, pás mecânicas, retroescavadeiras, caminhão-pipa com água de reuso e varredoras, além de 280 contêineres. Ao todo, 721 funcionários participaram da ação, sendo 400 profissionais em Icaraí e outros 320 distribuídos pelos demais pontos da cidade.

SANEAMENTO

Inea inicia serviço de retirada de resíduos no Canal do Mangue

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) deu início, na terça-feira, aos trabalhos de retirada de aproximadamente 100 toneladas de resíduos acumulados pelos últimos dois dias no Canal do Mangue, na Avenida Francisco Bicalho, na região portuária. O volume elevado é resultado das intensas chuvas registradas nesta semana. A operação deve se estender até o fim da semana.

As equipes do Inea atuam no local com engenheiros, assistentes técnicos e apoio de maquinário. Tradicionalmente, a remoção de resíduos na Francisco Bicalho é realizada de forma manual, porém o aumento expressivo do material acumulado exigiu o reforço operacional. Entre os resíduos mais encontrados estão itens de origem doméstica, além de um volume expressivo de galhos e troncos de árvores.

“O volume recolhido é consequência das fortes chuvas dos últimos dias e mostra que as ecobarreiras estão cum-

prindo seu papel de reter os resíduos antes que cheguem à Baía de Guanabara. As equipes seguem atuando diariamente para garantir a retirada e a destinação correta desse material”, afirmou o secretário do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi.

Os caminhões carregados seguem para um centro de tratamento de resíduos no município de Duque de Caxias, onde é feito o descarte ambientalmente adequado. Após o descarregamento, os veículos retornam ao canal para dar continuidade à operação. O recolhimento de resíduos em canais e rios do estado ocorre diariamente como parte da rotina de manutenção ambiental.

Atualmente, a pasta ambiental mantém 17 ecobarreiras em rios estratégicos que deságuam na Baía de Guanabara, com investimentos anuais que somam mais de R\$ 10 milhões. De 2023 até o fim de 2025, mais de 20 mil toneladas de resíduos foram retidos pelas estruturas.

FEMINICÍDIO

Mulher é morta a facadas na rua pelo ex-companheiro

AE

Uma mulher foi morta pelo ex-companheiro a golpes de faca, na manhã de ontem no bairro do Engenho de Dentro, zona norte do Rio de Janeiro. Marcelly Lorrayne da Silva Passos, de 28 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Policiais do 3º BPM (Méier) foram acionados para atender à ocorrência.

Ao chegar no local, os policiais encontraram o homem,

autor das facadas, baleado. Um agente de segurança aposentado presenciou o ataque do homem contra a ex-companheira e interveio, baleando o agressor.

Ferido, o homem foi socorrido por militares do Corpo de Bombeiros até o Hospital Municipal Salgado Filho, no bairro do Méier. A ocorrência foi registrada na 23ª DP (Méier). O caso será apurado pela Delegacia de Homicídios da Capital.

EDUCAÇÃO

Campanha reduz em quase 9% o número de trotes para o Samu-RJ

Uma campanha educativa lançada pela Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro reduziu em cerca de 9% as chamadas falsas para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu-RJ). O resultado da conscientização contra o trote foi a otimização do serviço, com as equipes ganhando mais efetividade nos chamados de socorro e agilidade no atendimento à população. As equipes de socorro, que atuam na cidade do Rio de Janeiro, registraram 596.319 ligações atendidas pela Central de Regulação 192 entre 1º de janeiro e 18 de dezembro de 2025.

Ao longo de cinco anos da nova gestão da Secretaria de Saúde, o número de ligações falsas registradas pelo Samu na capital fluminense teve redução expressiva, de aproximadamente 45%. Segundo a coordenadora-geral do Samu-RJ, coronel Barbara Alcantara (**foto**), apesar da queda, a prática ainda é motivo de preocupação para o serviço, que contabilizou 16.592 de ligações falsas somente em 2025.

“Cada segundo importa para salvar uma vida. Por isso, uma única ligação falsa, conhecida como trote, para um serviço de emergência pode resultar em perdas irreparáveis. O Samu-RJ tem adotado práticas para reduzir esse tipo de ação, que é crime previsto em lei. As campanhas educativas em escolas e na mídia ajudaram na mudança do cenário, mas precisamos sempre contar com a conscientização da população para que isso não ocorra”, afirmou a coordenadora-geral.

Responsável pelas campanhas educativas em escolas, o Núcleo de Educação Permanente do Samu promove ainda a atualização e o desenvolvimento contínuo dos profissionais de urgência e emergência — médicos, enfermeiros, condutores e socorristas — por meio de ferramentas como a simulação realística, com foco no aprimora-



mento constante do serviço. Entre as principais capacitações realizadas em 2025 estiveram o manejo de vias aéreas, emergências clínicas, abordagem à vítima traumática e direção defensiva, entre outras.

“A Secretaria de Saúde investe continuamente na gestão do Samu-RJ. Estamos no quinto ano de administração do serviço por meio da Fundação Saúde, o que possibilitou o aumento das equipes de socorristas e melhorias imediatas no atendimento à população. Além disso, o investimento na renovação e na aquisição da frota contribuiu para a excelência do Samu, que vem se consolidando como referência no país — destacou a secretária

de Estado de Saúde, Claudia Mello.

Atualmente, o Samu-RJ conta com 151 ambulâncias, sendo 106 veículos destinados ao atendimento diário e 45 ao transporte inter-hospitalar — serviço de remoção de pacientes entre unidades de saúde para fins diagnósticos, terapêuticos ou de alta. A frota é complementada por dois helicópteros, em parceria com a Superintendência de Operações Aéreas.

Ao todo, o serviço reúne 2.183 profissionais, entre gestores, supervisores, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, condutores socorristas, farmacêuticos, assistentes sociais, administrativos, telefonis-

tas auxiliares de regulação médica e rádio-operadores.

Entre os tipos de ocorrências mais frequentes, destacam-se as neurológicas (32.857), as cardiovasculares (27.236) e os casos de quedas (24.464). Na sequência aparecem as ocorrências gastroenterológicas (16.180) e com agressividade (15.820).

O bairro com o maior número de atendimentos do Samu na capital foi Campo Grande, com 13.811 ocorrências; seguido por Santa Cruz, com 8.147 atendimentos; e o Centro, com 6.181 registros. Outros destaques foram Bangu, com 5.806 ocorrências; Guaratiba, com 5.681, e Copacabana, com 5.650 atendimentos.

STF notifica Malafia por falas contra comandante do Exército

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes notificou o pastor Silas Malafaia para apresentar resposta prévia, no prazo de até 15 dias, à denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de injúria e calúnia contra o comandante do Exército, general Tomás Paiva.

A notificação foi determinada após Moraes retirar, em 20 de dezembro, o sigilo da ação, instaurada a partir de denúncia apresentada pela PGR no dia 18. Em 22 de dezembro, o ministro assinou a carta de ordem que formalizou o prazo para a manifestação da defesa, e Malafaia foi notificado pessoalmente no dia 23.

Nesse intervalo, teve início o recesso do Judiciário, período em que ficam suspensos os prazos processuais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. À reportagem, Malafaia criticou a rapidez no andamento do caso.

"O regimento interno do STF, com resolução do Conselho Nacional de Justiça, diz que intimações ou ações durante o recesso ficam restritos a medidas de urgência. O STF não delibera matérias ordinárias. Como o Moraes manda me intimar numa velocidade estúpida?", afirmou.

Segundo a denúncia, Malafaia cometeu os crimes durante um discurso realizado em 6 de abril de 2025, em um ato público na Avenida Paulista, em São Paulo. De acordo com a acusação, o pastor ofendeu a honra e a dignidade do comandante do Exército ao chamá-lo, ao lado de outros integrantes do Alto Comando da Força, de "frouxo", "covarde" e "omisso", em referência à prisão do general Walter Braga Netto.

"Cadê esses generais de quatro estrelas do alto coman-

do do Exército? Cambada de frouxos. Cambada de covardes. Cambada de omissos. Vocês não honram a farda que vestem. Não é para dar golpe, é para marcar posição", discursou Malafaia na manifestação. O pastor afirmou que, durante o ato, não citou nominalmente o general Tomás Paiva.

A PGR sustenta que, na mesma ocasião, Malafaia acusou falsamente o comandante do Exército e outros oficiais-generais de cometer crimes militares, o que caracterizaria o crime de calúnia. As falas, segundo a denúncia, foram proferidas diante de milhares de pessoas e, posteriormente, divulgadas nas redes sociais do pastor, alcançando mais de 300 mil visualizações. Para o Ministério Público, as declarações tiveram o objetivo de constranger e ofender publicamente autoridades militares em razão do exercício de suas funções.

Malafaia classificou o processo como uma perseguição política e criticou o procurador-geral da República, Paulo Gonet, por denunciá-lo ao STF. "Eu não tenho foro no STF. Ele deveria me mandar para a primeira instância. O argumento é que Moraes preside o inquérito das fake news e das milícias digitais, mas o que isso tem a ver com a minha opinião em uma manifestação pública? Absolutamente nada. Isso é uma maneira covarde de produzir puríssima perseguição política", disse.

A acusação aponta ainda a incidência de agravantes, por se tratar de ofensas dirigidas a funcionário público no exercício do cargo, contra pessoa com mais de 60 anos, e praticadas em ambiente público e virtual, com amplo alcance. A PGR também solicitou que, em eventual condenação, seja fixado um valor mínimo para reparação dos danos causados.

MINAS

Zema estende proteção policial a ex-governadores

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), estendeu o período de proteção ao ex-governador e ao ex-vice-governador de um para dois anos após o término do mandato, com possibilidade de prorrogação por igual período. A renovação dependerá de autorização do governador em exercício e ficará limitada ao fim do mandato subsequente, como já funcionava antes.

A medida foi publicada no Diário Oficial de 30 de dezembro de 2025, às vésperas do último ano do segundo mandato de Zema, que se encerra em 2026, sem possibilidade de reeleição. O governador deverá renunciar ao cargo até abril caso queira concorrer à Presidência da República. O decreto entrou em vigor na data da publicação. O governo de Minas Gerais não respondeu à reportagem até a publicação deste texto.

O decreto detalha a composição das equipes responsáveis pelo serviço: três policiais militares por turno, sendo um oficial - até o posto de major - e dois praças, em escala que permita o revezamento legal. A medida não altera o tama-

nho da equipe por autoridade, mas passa a prever equipes por turno e escalas de revezamento, o que amplia o número de policiais envolvidos na proteção.

O texto também amplia o conceito de segurança governamental, que passa a incluir a proteção da "integridade moral e institucional" das autoridades, e autoriza a extensão do benefício a familiares e pessoas com vínculo, desde que haja interesse público. Antes, a segurança estava restrita à proteção pessoal do ex-governador e do ex-vice-governador.

A norma reorganiza o Gabinete Militar do Governador, responsável pela segurança governamental, transporte oficial e defesa civil, e revoga atos anteriores que tratavam da estrutura do órgão.

Zema lançou, em agosto do ano passado, sua pré-candidatura à Presidência da República em 2026 e tem endurecido o discurso para se consolidar como o nome mais à direita na disputa. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), governadores que pretendem disputar a Presidência precisam se desincompatibilizar do cargo até seis meses antes do primeiro turno das eleições.

QUEDA

Médico de Jair Bolsonaro confirma traumatismo leve

PEDRO RAFAEL VILELA/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro caiu ao caminhar na sala na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, e teve um traumatismo craniano leve, informou ontem o médico Brasil Caiado. Ele é um dos profissionais que atende o ex-presidente.

Bolsonaro retornou ao Hospital DF Star, em Brasília, após autorização concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, para que ele deixasse a sala na Superintendência da PF, onde cumpre pena de 27 anos de prisão por tentativa de golpe de estado.

"Na madrugada de ontem (terça-feira), o presidente apresentou uma queda dentro de seu quarto da superintendência. Inicialmente, pensamos que fosse uma queda da cama, mas, posteriormente, conversando com ele, lembrando fatos, isso nos leva a crer que ele levantou, tentou caminhar e caiu", informou o médico a jornalistas.

Bolsonaro fez exames e já retornou à Superintendência da PF, que fica a poucos quilômetros do hospital particular. Um boletim divulgado pelo DF Star confirmou o traumatismo craniano leve, sem indicação de nenhuma intervenção mais complexa.

"Foi evidenciado nos exames de imagem leve densificação de

Moraes anula determinação do CFM sobre condições do atendimento na PF

Lavínia Kaucz/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou nula a determinação do Conselho Federal de Medicina (CFM) de abrir uma sindicância para apurar denúncias relacionadas às condições do atendimento médico prestado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Moraes mandou a Polícia Federal (PF) ouvir o presidente do CFM em até dez dias.

Ontem, o CFM divulgou nota em que diz que o estado de saúde do ex-presidente demanda a adoção de um "protocolo de monitoramento contínuo e imediato", com acompanhamento médico multidisciplinar.

No despacho proferido horas depois, Moraes enfatizou que o CFM não tem competência para fiscalizar o trabalho da PF e que a abertura de um procedimento com este fim mostra "flagrante ilegalidade e desvio de finalidade".

"A ilegalidade e ausência de competência correicional do CFM em relação à Polícia Federal é flagrante, demonstrando claramente o desvio de finalidade da determinação, além da total ignorância dos fatos", afirmou o ministro.

Moraes também afirmou na decisão que não houve "qualquer omissão ou inércia da equipe médica da Polícia Federal, que atuou correta e competentemente, conforme, inclusive, corroborado pelos exames médicos realizados no custodiado na data de hoje (ontem), no Hospital DF Star, que não apontaram nenhum problema ou sequela em relação ao ocorrido na madrugada do dia anterior".

O ministro determinou que o diretor do Hospital DF Star encaminhe ao Supremo, em até 24 horas, todos os exames realizados ontem por Bolsonaro. Os médicos solicitaram a realização de tomografia computadorizada e ressonância magnética do crânio, além de um eletroencefalograma.

partes moles na região frontal e temporal direita, decorrente do trauma, sem necessidade de intervenção terapêutica. Deverá seguir cuidados clínicos conforme definição da equipe médica assistente", diz o texto assinado pelo cirurgião geral Claudio Birlini.

De acordo com o médico Brasil Caiado, a queda de Bolsonaro

no quarto pode ser decorrente de quadros de desorientação causados pela interação entre diferentes medicamentos.

"Há uma suspeita inicial e nós já havíamos imaginado, que possa ser a interação de medicamentos. O presidente faz uso de vários medicamentos para tratamento da crise de soluços. Se esses quadros forem recor-

rentes, colocam o presidente em uma zona de maior risco", explicou.

Há menos de uma semana, Bolsonaro havia tido alta do mesmo hospital, onde ficou internado por 8 dias, quando foi submetido a uma cirurgia de hérnia inguinal bilateral, seguida de outros procedimentos para conter o quadro de soluços.

Polícia informa que não há solução imediata para ruído de ar-condicionado

VANESSA ARAUJO/AE

A Polícia Federal (PF) informou ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes que "não é possível eliminar ou reduzir significativamente" o ruído do ar-condicionado relatado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na sala de Estado-Maior onde

ele está custodiado

Em ofício enviado ontem ao STF, a corporação explicou que o local fica "adjacente a áreas técnicas destinadas à instalação e ao funcionamento de equipamentos do sistema de climatização do edifício", o que gera barulho constante no ambiente.

Segundo a PF, "não é possível eliminar ou reduzir significati-

vamente esse ruído por meio de medidas simples, ou pontuais". A corporação afirma que qualquer intervenção efetiva exigiria "ações complexas de infraestrutura" e a "paralisação total do sistema de climatização por período prolongado".

Ainda de acordo com o documento, essa interrupção causaria "prejuízo à continuidade dos

trabalhos ordinários" da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal.

A PF também descartou a transferência do ex-presidente para outro espaço, afirmando que "não há, no momento, alternativa física que atenda às exigências de segurança institucional" para a instalação de uma sala de estado-maior em outro local.

SÃO PAULO

Hacker que invadiu sistemas do CNJ é transferido de presídio

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O hacker Walter Delgatti Neto (**foto**) foi transferido da Penitenciária de Tremembé, conhecida como o presídio dos famosos, para uma unidade prisional em Potim, também no Vale do Paraíba, em São Paulo. A informação foi confirmada pela Polícia Penal do Estado de São Paulo.

Delgatti cumpre pena em regime fechado de oito anos e três meses por invadir, em 2023, os sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a mando da ex-deputada Carla Zambelli, atualmente detida na Itália. Na ocasião, o hacker inseriu um mandado falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no sistema da Justiça.

Em agosto do ano passado, a Penitenciária II de Potim começou a receber presos transferidos de Tremembé. A decisão não agradou aos moradores da cidade, que tem cerca de 22 mil habitantes. O próprio prefeito, Emerson Tanaka (MDB), manifestou-se publicamente contra a medida. Além de Delgatti, também foram transferidos para Potim o ex-jogador de futebol Robinho e o empresário Thiago Brennand. Procurada, a defesa



LULA MARQUES/ABRASIL

de Delgatti não se manifestou.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se em dezembro do ano passado de forma favorável ao pedido de progressão de regime prisional de Delgatti Neto.

No parecer enviado ao ministro-relator Alexandre de Moraes, a PGR informou que, até 2 de julho deste ano, Delgatti havia cumprido um ano, 11 meses e cinco dias de pena, o equiva-

lente a 20% do total. O documento destaca ainda que o atestado de conduta carcerária emitido pela unidade prisional aponta bom comportamento do detento, requisito previsto em lei para a concessão do benefício.

"Além disso, o atestado de conduta carcerária emitido pela unidade prisional atesta que o reeducando Walter Delgatti Neto apresenta bom comporta-

mento carcerário. Dessa forma, estão atendidos os requisitos objetivos e subjetivos exigidos para a progressão de regime prisional", escreveu o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A manifestação da PGR foi solicitada por Moraes, responsável pelo processo de execução penal e pela análise do pedido apresentado pela defesa. Não há prazo para decisão.

TRÊS PODERES

DF terá segurança reforçada para atos do 8 de Janeiro

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) preparou um esquema especial de segurança para amanhã, data que marca três anos dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, inconformados com a derrota eleitoral, invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, tentando depor o novo governo e forçar uma intervenção militar no país.

Segundo a pasta, a segurança da Praça dos Três Poderes foi re-

forçada com operação integrada entre agências policiais. O objetivo é ampliar o monitoramento e o compartilhamento de informações, reduzir o tempo de resposta e potencializar ações preventivas. A Polícia Militar do DF (PMDF) instalou estrutura de comando e controle e reforçou o efetivo de policiamento ostensivo, mantendo tropas especializadas em prontidão para eventual acionamento.

Haverá intervenções nas vias de acesso e eventuais desvios ou bloqueios estarão condicionados à avaliação de necessidade e risco. O monitoramento pode incluir abordagens e revista de

mochilas. Todos os presentes passarão por credenciamento antes de acessar o local do evento. O governo do DF recomenda que quem deseja participar dos atos chegue o mais cedo possível para evitar filas.

O isolamento da Esplanada, também sob responsabilidade da PMDF, se dará a partir de 00h01 até o término do evento. Todo o monitoramento da área central de Brasília está sendo realizado pelo Centro Integrado de Operações de Brasília, em conjunto com as forças de segurança pública.

Para lembrar dos três anos da tentativa de golpe, eventos espe-

ciais serão realizados na capital federal. No Palácio do Planalto, por exemplo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa de uma cerimônia com autoridades e representantes da sociedade civil ainda pela manhã. Telões na área externa do prédio já foram montados.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também preparou uma programação especial dentro da campanha "Democracia Inabalada". A programação inclui a abertura de uma exposição, a exibição de um documentário, uma roda de conversa com jornalistas e uma mesa de debate.

Fachin diz que ataque foi tentativa organizada de ruptura democrática

VANESSA ARAUJO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin (**foto**), afirmou que os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 tiveram como objetivo romper a ordem democrática e não podem ser classificados como manifestação política. Segundo ele, o episódio deve servir como alerta permanente sobre riscos à democracia brasileira.

Para Fachin, os atos buscaram desacreditar o resultado das eleições e intimidar os poderes da República, configurando uma das mais graves afrontas ao Estado Democrático de Direito desde a redemocratização.

"O ataque às instituições brasileiras ocorrido em 8 de janeiro de 2023 representou uma das mais graves afrontas ao Estado Democrático de Direito desde a redemocratização do país. Não se tratou de manifestação política, mas de uma tentativa organizada de ruptura", afirmou.

Para o presidente do STF, o episódio foi o ponto mais sensível de um processo deliberado de desgaste da institucionalidade. Ele avaliou que a resposta do Estado brasileiro evidenciou a capacidade de reação do sistema democrático.

Segundo Fachin, o Supremo atuou dentro de sua função



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

constitucional ao conduzir a resposta institucional aos ataques. Na avaliação do ministro, a atuação da Corte reafirmou que a democracia se sustenta na força das instituições e na observância das regras do regime democrático por todos.

"Diante desse cenário, o Supremo Tribunal Federal cumpriu seu papel de guardião da Constituição", disse.

O ministro também desta-

cou que os responsáveis pelos ataques foram identificados e responsabilizados dentro do devido processo legal. Para ele, o 8 de Janeiro demonstrou que a democracia não é frágil quando amparada por instituições sólidas.

"A democracia não é frágil quando suas instituições são fortes. O 8 de Janeiro mostrou que o Brasil possui instituições capazes de resistir, reagir e se re-

compor diante de ameaças autoritárias", declarou.

Fachin acrescentou que o episódio deve ser lembrado não apenas como um fato histórico recente, mas como uma reafirmação de um compromisso contínuo com a democracia, as instituições da República e a civilidade política. "Defender as instituições não é um ato ideológico, é um dever cívico", concluiu.

PREVIDÊNCIA

Lula sanciona lei que proíbe descontos em benefícios do INSS

FABIOLA SININBÚ/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) sancionou a lei que proíbe descontos de mensalidades de associações nos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A nova legislação determina ainda busca ativa a beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e prevê o seu ressarcimento.

A mudança, promovida no âmbito da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social, veda o desconto mesmo com a autorização expressa do beneficiário, atribuindo a obrigação de ressarcimento de desconto indevido a associação ou a instituição financeira em até 30 dias. A exceção é para autorização prévia, pessoal e específica, com autenticação por biometria, com reconhecimento facial ou impressão digital e assinatura eletrônica.

A nova lei foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União e também disciplina o sequestro de bens de pessoas investigadas ou acusa-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

das pelos crimes relativos aos descontos indevidos nos benefícios do INSS. O debate que resultou na mudança na legislação teve início após a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da

União (CGU) deflagrarem a Operação Sem Desconto, em abril de 2025.

A investigação tornou pública a existência de um esquema que lesou milhões de beneficiá-

rios do INSS em todo o Brasil. Desde então, todos os acordos de cooperação técnica que permitiam mensalidades associativas diretamente nos benefícios foram suspensos. Uma força-tarefa foi iniciada para a devolução dos valores aos pensionistas lesados.

De acordo com o último balanço do INSS, até o dia 5 de janeiro já foram ressarcidos R\$ 2.835.784.151,87 às vítimas de descontos irregulares de mensalidades cobradas por associações, sindicatos, entidades de classe e organizações em benefícios previdenciários. O valor corresponde a 4.160.369 solicitações de contestação apresentadas por aposentados e pensionistas que questionaram os descontos irregulares.

Mais de 72,5 milhões de consultas sobre descontos indevidos foram registradas no aplicativo Meu INSS, das quais 38,7 milhões constataram a inexistência do desconto. Ainda há mais de 6,3 milhões de pedidos de contestações em aberto. Já foram reconhecidos 131.715 casos de descontos indevidos.

COMÉRCIO EXTERIOR

Receita com exportações de carne bovina cresce 40%

LEANDRO SILVEIRA/AE

O Brasil bateu recorde nas exportações de carne bovina em 2025, com crescimento tanto em volume quanto em receita. No ano, os embarques somaram 3,5 milhões de toneladas, alta de 20,9% em relação a 2024, enquanto a receita cambial alcançou US\$ 18,03 bilhões, avanço de 40,1%.

Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), compilados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

A carne in natura respondeu pela maior parcela das vendas externas, com 3,09 milhões de toneladas exportadas, crescimento de 21,4% na comparação anual, gerando receita de US\$ 16,61 bilhões. Considerando todas as categorias (in natura, industrializadas, miúdos, tripas, gorduras e salgadas), o Brasil embarcou carne bovina para mais de 170 países em 2025.

A China manteve-se como principal mercado da carne bovina brasileira no ano, respondendo por 48% do volume exportado, com 1,68 milhão de toneladas e faturamento de US\$ 8,90 bilhões. Na sequência aparecem os Estados Unidos, com 271,8 mil toneladas e US\$ 1,64 bilhão, seguidos por Chile (136,3 mil toneladas; US\$ 754,5 milhões), União Europeia (128,9 mil toneladas; US\$ 1,06 bilhão), Rússia (126,4 mil toneladas; US\$ 537,1 milhões) e México (118,0 mil toneladas; US\$ 645,4 milhões).

Na comparação com 2024, houve crescimento de volume na maior parte dos principais

destinos. As exportações para a China avançaram 22,8%, enquanto os embarques para os Estados Unidos cresceram 18,3%. A União Europeia registrou expansão de 132,8% e o Chile de 29,8%. Também se destacaram aumentos expressivos para Argélia (+292,6%), Egito (+222,5%) e Emirados Árabes Unidos (+176,1%).

Segundo o presidente da Abiec, Roberto Perosa, o desempenho reflete a solidez do setor. "O desempenho de 2025 foi extraordinário. Depois de um 2024 muito positivo, conseguimos ampliar volume, valor e presença internacional", afirmou em nota. Ele destacou ainda que, "mesmo com impactos temporários, como o tarifaço dos Estados Unidos, a indústria respondeu com rapidez, mostrou resiliência e saiu ainda mais fortalecida".

Para 2026, a avaliação da Abiec é de otimismo com cautela, após dois anos consecutivos de forte crescimento. "Entramos em 2026 com negociações ativas e perspectiva concreta de avançar em mercados como Japão, Coreia do Sul e Turquia", disse Perosa.

Segundo ele, a estratégia passa por um "crescimento mais qualificado, com previsibilidade, competitividade e maior valor agregado, sempre atento às questões geopolíticas".

Em dezembro de 2025, os embarques brasileiros de carne bovina somaram 347,4 mil toneladas, com receita de US\$ 1,85 bilhão. No mês, a China liderou as compras, com 153,1 mil toneladas, seguida pelos Estados Unidos (27,2 mil toneladas), Chile (17,0 mil toneladas) e União Europeia (11,9 mil toneladas).

Negociações comerciais Brasil-EUA exigem atenção, diz MDIC

ANNA SCABELLO
E GUSTAVO NICOLETTA/AE

A secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Prazeres, disse que ainda há trabalho a ser feito nas negociações comerciais entre Brasil e Estados Unidos neste ano, mesmo com a evolução importante observada ao longo do segundo semestre de 2025.

"Brasil e EUA têm uma relação histórica. O comércio entre os dois países é ganha-ganha, e todo o empenho do governo brasileiro ao longo destes meses foi de negociar", afirmou.

Segundo Prazeres, ainda há produtos brasileiros sujeitos a tarifas de 50%, como máqui-

nas e equipamentos, móveis e calçados, e o objetivo atual da pasta é aumentar o número de itens excluídos da sobretaxa.

A secretária de Comércio Exterior comentou também que, a despeito da redução de exportações brasileiras aos EUA, em dezembro houve uma redução no ritmo de queda dos envios. "Em outubro, a queda das exportações chegou a mais de 30%, já em dezembro o resultado das exclusões negociadas com o governo dos EUA foi de queda de 7%", pontuou.

Prazeres afirmou ainda que a dualidade macro certamente estará presente no comércio exterior neste ano. "Ao mesmo tempo em que buscamos ampliar acesso a outros países, precisaremos lidar com barreiras impostas por esses mercados", disse.

TELECOMUNICAÇÕES

Comunicação pública terá expansão histórica em 2026

ABRASIL

A Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) vai passar por um processo de expansão histórico neste ano de 2026. Já para o primeiro semestre, estão previstas mais de 30 novas estações de televisão e rádio em diversas localidades do país. A iniciativa faz parte do programa Brasil Digital, que é coordenado pelo Mi-

nistério das Comunicações e implementado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

De acordo com o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Andre Basbaum, a expansão da RNCP é um passo estruturante para garantir o direito à informação em localidades que ainda não são atendidas pela comunicação pública.

ESTADOS UNIDOS

Governo lança site com sua versão da invasão ao Capitólio

ODAIR BRAZ/ABRASIL

A Casa Branca colocou no ar um site oficial com a versão de Donald Trump sobre a invasão ao Capitólio no dia 6 de janeiro de 2021 e que também justifica o perdão presidencial aos envolvidos na ação daquele dia. O site traz em sua abertura uma foto grande da ex-deputada democrata Nancy Pelosi, a quem o atual governo atribui a culpa pela manifestação.

“O presidente Trump tomou a decisão de perdoar os manifestantes do dia 6 de janeiro que foram injustamente transformados em alvo, processados e usados como exemplos políticos. Eles não foram protegidos pelos líderes, que falharam. Eles foram punidos para encobrir incompetência”, diz um trecho. O texto ataca frontalmente Pelosi, acusando-a de “fabricar uma insurreição narrativa e colocar a culpa no presidente Trump”.

“Os democratas, espertamente, reverteram a realidade depois do 6 de janeiro, transformando pacíficos manifestantes patrióticos em ‘insurrecionistas’ e classificando o evento como um golpe violento orquestrado por Trump – apesar de não haver evidência de rebelião armada ou intenção de derrubar o governo”.

AMEAÇAS

Países europeus reforçam apoio à Groenlândia

DARLAN DE AZEVEDO E FRANCINE DE LORENZO/AE

Por meio de suas redes sociais, os países europeus estão reforçando a mensagem expressa em declaração conjunta assinada pelos líderes da França, Alemanha, Itália, Polônia, Espanha, Reino Unido e Dinamarca de apoio e defesa da Groenlândia.

O texto destaca que a segurança no Ártico continua sendo uma prioridade fundamental para a Europa e para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). "Nós e muitos outros aliados aumentamos nossa presença, atividades e investimentos para manter o Ártico seguro e dissuadir adversários. O Reino da Dinamarca - incluindo a Groenlândia - faz parte da Otan", destaca o comunicado.

Os países europeus citam que a segurança da região deve ser alcançada coletivamente, junto aos Estados Unidos, e "sustentando os princípios da Carta da ONU, incluindo soberania, integridade territorial

Em outro trecho, o texto também afirma que a eleição presidencial de 2020, vencida por Joe Biden, foi fraudada. Uma linha do tempo publicada na página virtual começa com Trump convocando os norte-americanos a irem à capital, Washington, naquele dia 6, e depois fazendo seu discurso.

Na sequência, os “patriotas” marcham em direção ao capitólio e segue com o então presidente derrotado nas eleições pedindo calma aos manifestantes.

A REALIDADE

No dia 6 de janeiro de 2021, após um discurso de Donald Trump, que havia sido derrotado por Joe Biden nas eleições norte-americanas, manifestantes foram até o Capitólio, onde funciona o Congresso norte-americano, para protestar contra a certificação do político democrata como o novo presidente.

Diante da invasão, a polícia e a Guarda Nacional precisaram intervir e houve confronto. Cinco pessoas morreram, incluindo um policial, e várias ficaram feridas. Vários manifestantes apoiadores do então presidente foram presos, julgados e condenados. Quando voltou ao poder, em 2025, Trump concedeu perdão aos manifestantes.

e a inviolabilidade das fronteiras. Estes são princípios universais, e não vamos parar de defendê-los". O texto termina destacando que a "Groenlândia pertence ao seu povo".

Na terça-feira, a Casa Branca confirmou que o presidente Donald Trump e sua equipe estão discutindo "opções de aquisição" para a ilha - o que poderia incluir o uso da força.

O líder norte-americano argumenta que os EUA precisam controlar a Groenlândia para garantir a segurança do território da Otan, “diante das crescentes ameaças da China e da Rússia no Ártico.”

Na última segunda-feira, o primeiro-ministro da Groenlândia, Jens Frederik Nielssen, reagiu com fortes declarações contra Trump, ao rechaçar a ideia de anexação e cobrar respeito ao direito internacional. Representantes dos governos da Groenlândia e Dinamarca tentam - sem sucesso, segundo eles - uma reunião com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio.

TRÊS FASES

EUA anunciam plano de transição para a Venezuela

AE

O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio (**foto**), disse ontem que a Casa Branca terá um plano de transição em três fases para a Venezuela. A estratégia norte-americana, segundo o diplomata, consiste primeiro na estabilização do país, seguida da recuperação da economia e uma transição para a democracia.

Rubio detalhou o plano à imprensa do país após uma reunião com senadores dos partidos Democrata e Republicano no Capitólio, em Washington, da qual também participou o secretário de Guerra, Pete Hegseth. A reunião serviu para prestar contas ao Congresso sobre a operação que levou à prisão do presidente venezuelano, Nicolás Maduro.

Segundo Rubio, a aquisição e venda de até 50 milhões de barris de petróleo que eram alvo de sanções, anunciada na terça-feira pelo presidente Donald Trump, faz parte desse plano inicial de estabilização.

Rubio disse também que a Casa Branca tem "tremenda influência" sobre a liderança interina da Venezuela, “com habilidade para controlar o que eles fazem ou são capazes de fazer.”

Ainda de acordo com Rubio, isso é possível graças não só à prisão de Maduro e à ameaça sobre outras lideranças chavistas como também ao bloqueio parcial das exportações de petróleo venezuelano.

Questionado sobre a duração do envolvimento norte-americano, Rubio disse que haviam se passado apenas quatro dias desde a prisão de Maduro e acrescentou que a transformação a longo prazo do país dependeria, em última instância, do povo venezuelano.

A renda obtida com a venda do petróleo confiscado pelos EUA, ainda de acordo com o secretário de Estado, será usada de



uma maneira que beneficie o povo venezuelano. "Já estamos vendo progresso com este novo acordo que foi anunciado, e outros acordos virão", disse ele, sem fornecer detalhes sobre os acordos adicionais.

A fase de recuperação, disse Rubio, visa garantir que empresas norte-americanas, ocidentais e de outros países tenham acesso ao mercado venezuelano.

"Ao mesmo tempo queremos iniciar o processo de reconciliação nacional na Venezuela, para que as forças de oposição possam ser anistiadas e libertadas das prisões ou trazidas de volta ao país, e começar a reconstruir a sociedade civil", disse ele.

"Essas fases podem acontecer ao mesmo tempo em algum momento. Teremos mais detalhes nos próximos dias, mas sentimos que estamos avançando de uma forma muito positiva", disse ele.

Em uma outra coletiva na Casa Branca, a porta-voz de Trump, Karoline Leavitt disse que o governo está em contato com a pre-

sidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, e todas as decisões delas estão sendo ditadas por Washington.

"Obviamente, neste momento temos influência máxima sobre as autoridades interinas da Venezuela", disse ela. "Portanto, continuamos mantendo estreita coordenação com as autoridades interinas, e suas decisões continuarão sendo ditadas pelos Estados Unidos da América", acrescentou.

Mais cedo, As Forças Armadas dos Estados Unidos interceptaram dois navios petroleiros ligados à Venezuela. Uma das embarcações, no Atlântico, vinha sendo perseguida pelos norte-americanos durante semanas. O outro barco foi interceptado no Mar do Caribe.

De acordo com a secretária nacional de Segurança Interna, Kristi Noem, os dois navios-tanques atacaram ou estavam a caminho da Venezuela. O Marinera, de bandeira russa, foi alcançado em um ponto do Atlântico Norte que, segundo dados do si-

te de tráfego marinho Marine-traffic, fica na zona econômica exclusiva da Islândia.

Antes registrado com o nome Bella I, o Marinera passou semanas sendo perseguido pela Guarda Costeira dos Estados Unidos, conforme informou Kristi. “Este petroleiro vinha tentando fugir da Guarda Costeira há semanas, até mesmo mudando sua bandeira e pintando um novo nome no casco, em uma tentativa desesperada e fracassada de escapar”, afirmou a secretária.

O segundo navio-tanque, identificado como M/T Sophia, foi apreendido perto do Caribe. De acordo com o Comando Sul dos EUA, “a embarcação interdita estava operando em águas internacionais, realizando atividades ilícitas” e, agora, será escoltada pela Guarda Costeira até os Estados Unidos. Segundo a agência de notícias Reuters, o governo russo classificou a apreensão do Marinera como uma violação do direito marítimo internacional.

GRÃ-BRETANHA

Em Londres, o Ministério da Defesa do Reino Unido informou ontem ter apoiado os esforços dos Estados Unidos para apreender um petroleiro de bandeira russa no Atlântico Norte, inclusive com aeronaves da força aérea. Em comunicado, o secretário de Defesa britânico, John Healey, afirmou que a ação fez parte dos esforços globais para reprimir a violação de sanções.

"Este navio, com um histórico nefasto, integra um eixo russo-iraniano de evasão de sanções que alimenta o terrorismo, conflitos e sofrimento do Oriente Médio à Ucrânia. O Reino Unido continuará intensificando suas ações contra a atividade da frota paralela para proteger nossa segurança nacional, nossa economia e a estabilidade global, tornando a Grã-Bretanha segura em casa e forte no exterior."

Mortes confirmadas em ataque norte-americano chegam a 58

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Cinco dias após os Estados Unidos realizarem ação militar para destituir o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, as autoridades venezuelanas ainda não informaram o total de mortos, nem o número de feridos ou a extensão dos danos causados pelos ataques à capital, Caracas, e aos estados de Aragua, La Guaira e Miranda.

As poucas informações oficiais divulgadas até a noite de terça-feira dão conta de que ao menos 58 pessoas morreram no último sábado, quando militares norte-americanos invadiram o território venezuelano, bombardearam pontos estratégicos e sequestraram Maduro e sua espo-

sa, a primeira-dama Cília Flores, que foram levados à força para um centro de detenção temporária de Nova York, nos EUA.

Além de 32 militares cubanos que integravam a segurança de Maduro, a chamada Operação Resolução Absoluta vitimou ao menos 24 homens e mulheres que serviam no Exército venezuelano e pelo menos duas civis, já identificadas.

Rosa Elena Gonzáles, de 80 anos, morava perto da Academia Militar da Armada Bolivariana, em La Guaira. Segundo a imprensa venezuelana e agências de notícias como a EFE, ela se feriu gravemente quando sua casa foi atingida durante o ataque. Levada ao hospital, a idosa não resistiu aos ferimentos.

A segunda vítima civil já identificada é a colombiana Yohana Rodríguez Sierra, de 45 anos. Sua morte foi confirmada na segunda-feira pelo presidente da Colômbia, Gustavo Petro. “Ao bombardear (a Venezuela), assassinaram uma mãe colombiana”, escreveu Petro em uma rede social.

Segundo a imprensa colombiana, a casa onde Yohana morava com a filha Ana Corina Morales ficava em uma área residencial da cidade de El Hatillo, em Miranda, e foi atingida por um míssil lançado, provavelmente, contra torres e antenas de telecomunicações da região. Yohana, que vivia na Venezuela há mais de uma década e tinha um pequeno comércio, não re-

sistiu aos ferimentos.

Os custos humanos da ofensiva que o governo de Donald Trump vem promovendo na região, com a justificativa de combater o tráfico internacional de drogas, incluem ainda as inúmeras mortes decorrentes dos bombardeios contra pequenas embarcações que Washington alega, sem provas, estarem envolvidas com o narcotráfico.

De acordo com o jornal The New York Times, desde setembro de 2025 ao menos 115 pessoas foram executadas a bordo de 35 embarcações bombardeadas no Mar do Caribe. O que, se confirmado, elevaria para 173 o número de mortos na ação militar dos Estados Unidos na região em menos de cinco meses.

Nota

AUTOR DE ATAQUE NA UNIVERSIDADE BROWN, NOS ESTADOS UNIDOS, CONFESSOU CRIMES EM VÍDEO

O homem português identificado como o atirador que matou dois estudantes da Universidade Brown e um professor do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) planejou o ataque durante anos e deixou vídeos nos quais confessava os assassinatos, mas não revelava o motivo. As informações foram divulgadas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Cláudio Neves Valente, de 48 anos, ex-aluno da Brown e cidadão português, foi encontrado morto em um depósito em New Hampshire depois de matar dois estudantes e ferir outros nove em um prédio de engenharia em 13 de dezembro. Dois dias depois, ele matou o professor do MIT Nuno Loureiro em sua casa no subúrbio de Brookline, em Boston. Autoridades do Departamento de Justiça disseram na terça-feira que durante a busca no depósito onde o corpo de Valente foi encontrado em 18 de dezembro, o FBI recuperou um dispositivo eletrônico contendo uma série de vídeos curtos. As gravações foram feitas por Neves Valente após os tiroteios. Nos vídeos, o atirador admitiu em português que vinha planejando os detalhes havia pelo menos seis semestres. Ele não revelou o motivo que o levou a escolher Brown ou o professor, com quem estudou em Portugal décadas atrás.

ORIENTE MÉDIO

Comentários de Donald Trump deixam Exército do Irã em alerta

AE

O comandante do Exército do Irã, major-general Amir Hatami, ameaçou ontem lançar uma ação militar preventiva devido à “retórica direcionada à República Islâmica”, provavelmente referindo-se a uma declaração do presidente Estados Unidos, Donald Trump, feita na véspera, afirmando que “se Teerã matar violentamente manifestantes pacíficos, a América virá em seu socorro”.

Os comentários de Hatami vieram num momento em que o Irã tenta responder ao que vê como uma ameaça dupla representada por Israel e pelos EUA, bem como aos protestos desencadeados por problemas econômicos no país, que se transformaram em um desafio direto à sua teocracia.

O governo iraniano começou ontem a pagar o equivalente a US\$ 7 por mês para subsidiar o aumento dos custos de itens es-

senciais, como arroz, carne e massas. Comerciantes alertam que os preços de produtos básicos, como o óleo de cozinha, provavelmente triplicarão, pressionados pelo colapso do rial e pelo fim de uma taxa de câmbio preferencial para importadores e fabricantes - fator que tende a alimentar ainda mais a insatisfação popular.

"Mais de uma semana de protestos no Irã reflete não apenas o agravamento das condições

econômicas, mas também a raiva de longa data contra a repressão governamental e as políticas do regime que levaram ao isolamento global do Irã", afirmou o think tank Soufan Center, com sede em Nova York.

Hatami falou a estudantes da academia militar. Ele assumiu o cargo de comandante-em-chefe do Exército do Irã após Israel matar uma série de altos comandantes militares do país na guerra de 12 dias, em junho.